

## EDITAL

Pregão Eletrônico nº 086/2026		Data de Abertura: 29/05/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900862026		UASG: 925302	Nº do Proc.: 20.000.600057.2026
<b>Objeto:</b> CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO, INCLUINDO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EM REGIME PERPÉTUO, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, E SUPORTE TÉCNICO COM ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, VISANDO A CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO AMBIENTE DE BANCO DE DADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA			
<b>Órgão Requisitante:</b> SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ			
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 32.900.959,69 (trinta e dois milhões novecentos mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos)			
<b>PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (CONTÍNUOS)</b>			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Amostra?</b>	
NÃO	NÃO	NÃO	
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Critério de Julgamento das Propostas?</b>	
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO	
<b>Modo de Disputa:</b> ABERTO-FECHADO		<b>Critério de Aceitabilidade de Preços:</b> UNITÁRIO DO ITEM	
<b><u>DESTAQUES</u></b>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência, anexo a este Edital, bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em um único lote, formado por mais de um item, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;



- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.1. sociedades cooperativas;
- 2.6.2. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos





no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
  - 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
  - 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
    - 4.7.11.1. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.7.11.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;

5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.5.1. Após o envio do lance, o sistema do ‘compras.gov.br’ computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 6.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO));
- 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafил-pb.pdf>);
- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.





- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

## **8. DA PROPOSTA ADEQUADA**

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

8.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbra pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

8.7.8. No caso da incidência de ICMS:

8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. contiver vícios insanáveis;

9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.2.3.1. os valores que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência (anexo a este Edital), bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes, serão desclassificados.
- 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.10. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).



- 10.11. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.12.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10.1.
- 10.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.17. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 10.17.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 10.17.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 10.17.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.17.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.17.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.17.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.17.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.17.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.17.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.17.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 10.17.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.17.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.17.2. **Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista**
- 10.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.17.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.17.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.17.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.17.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.17.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**
- 10.17.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.17.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.17.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:
- 10.17.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.17.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.17.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.17.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 3% (três por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 10.17.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



10.17.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**10.17.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

10.17.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**10.17.5. Disposições gerais sobre habilitação**

10.17.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.17.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.17.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.17.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.17.6. Documentos Complementares:**

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

**11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar



a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD n° 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei n° 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gelic06@centraldecompras.pb.gov.br](mailto:gelic06@centraldecompras.pb.gov.br).
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DO CONTRATO**

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.





14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.



- 16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Especificações Técnicas
- 16.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Catálogo de Serviços
- 16.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Lista de Serviços Orientados a Entregáveis
- 16.15.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Termo de Confidencialidade e Sigilo
- 16.15.1.6. Anexo VI do Termo de Referência – Termo de Ciência
- 16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 16.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços
- 16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco



16.15.5. ANEXO V - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

16.15.5.1. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Wanessa Maria de Paula da Silva Viana**  
Responsável pela Elaboração do Edital



SADDIN202623265A

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº FAZ-PRC-2026/00057

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software em regime perpétuo, serviços especializados de instalação e configuração, e suporte técnico com atualização tecnológica pelo período de 36 (trinta e seis) meses, visando a consolidação e modernização do ambiente de banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PB), nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado por sua essencialidade, visando atender à finalidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, com vistas a assegurar o acesso remoto da informação e, consequentemente, o funcionamento das atividades finalísticas da SEFAZ, de modo que, sua interrupção comprometeria o cumprimento da missão institucional do Órgão. É a opção mais viável e estratégica para a administração pública, pois garante a continuidade dos serviços sem a necessidade de renegociações frequentes, reduz a carga administrativa evitando termos aditivos recorrentes e novos contratos, e proporciona condições



financeiras mais favoráveis com economia de custos a longo prazo. Além disso, oferece estabilidade operacional, mitiga riscos associados a transições contratuais e facilita o monitoramento e a gestão eficiente, assegurando a qualidade dos serviços prestados ao longo de todo o período., sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto parcialmente no Plano de Contratações Anual de 2025, a justificativa encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.1. **Conformidade Legal:** Os serviços e produtos devem obedecer à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e às Instruções Normativas SLTI/MP nº 01/2010 e nº 02/2014.
  - 4.1.2. **Eficiência Energética (Consolidação):** A solução proposta deve obrigatoriamente permitir a consolidação de múltiplas cargas de trabalho (bancos de dados Oracle e Informix) em uma infraestrutura única de alta densidade. A contratada deverá demonstrar que a solução integrada resulta em menor consumo de energia e menor dissipação



térmica por TB processado, em comparação ao ambiente heterogêneo legado.

- 4.1.3. **Certificações de Hardware:** O equipamento (Exadata X11M) deve possuir fontes de alimentação com alta eficiência energética (preferencialmente certificação **80 PLUS Platinum ou superior**) e estar em conformidade com as diretrizes da **RoHS** (*Restriction of Hazardous Substances*), que limita o uso de substâncias perigosas na fabricação de componentes eletrônicos.
- 4.1.4. **Logística Reversa e Embalagens:** A contratada será responsável pelo recolhimento e destinação final adequada de todas as embalagens (madeira, papelão, plásticos) utilizadas no transporte e instalação do equipamento nas dependências da SEFAZ-PB, priorizando a reciclagem.
- 4.1.5. **Baixa Emissão de Carbono:** A solução deve permitir a redução da pegada de carbono do Data Center da SEFAZ-PB através da otimização de espaço físico (*rack space*), reduzindo a necessidade de expansão de sistemas de refrigeração e ar-condicionado de precisão.

### **Requisito de Negócio**

4.2. O conjunto de hardware e software da solução deverão atender aos requisitos descritos a seguir:

- 4.2.1. Expansão da capacidade computacional e de armazenamento e escalabilidade: sob as demandas armazenamento e tratamento de dados em conjunto com à adoção de novas tecnologias ao sistema de gerenciamento de banco de dados, previstos para os próximos 3 anos sob garantia e crescimento exponencial de dados previstos para os próximos 5 anos. Comportando, além dos sistemas já existentes, bem como de outras demandas futuras;
- 4.2.2. Compatibilização da infraestrutura com recursos em legas e adoção de novas demandas tecnológicas: minimizando o impacto a novas tendências tecnológicas da detentora e fabricante Oracle;
- 4.2.3. Elevação do nível de qualidade na entrega dos serviços: Garantindo a performance, segurança e alta disponibilidade;
- 4.2.4. Implementação de mecanismos de proteção de dados: Garantir maior nível na proteção e integridade dos dados





armazenados e a rápida recuperação em caso de ataques e/ou desastres;

- 4.2.5. Atender as tecnologias de virtualização e Bussines intelligent - BI: Garantir a compatibilidade à aplicações e serviços em modo virtualizado e tratamento de mineração e dados da inteligência de negócio;
- 4.2.6. Os serviços contemplados na implantação devem ser executados por profissionais com a qualificação adequada de acordo com as necessidades técnicas: Garantir melhor operacionalidade da solução e a execução do contrato;
- 4.2.7. Atender ao escalonamento de itens performáticos computacionais: garantir a possibilidade de expansão por meio de configuração de ambiente através adição de componentes avulsos de armazenamento e memória para as demandas não previstas venham surgir ao longo do tempo;
- 4.2.8. Ter cobertura nas garantias da solução por autorizadas e/ou credenciadas pelo fabricante dos equipamentos e software atualizados e em comercialização.

### **Requisitos Técnicos Mínimos da Solução**

- 4.3. A solução deverá ser do tipo Engineered System, capaz de suportar cargas de trabalho OLTP e OLAP sobre base consolidada superior a 70 TB, com baixa latência de I/O e alta taxa de transferência.
- 4.4. O licenciamento de software deverá ser perpétuo por processador, garantindo direito de uso definitivo e conformidade patrimonial da Administração.
- 4.5. A solução deverá possibilitar a consolidação de ambientes de banco de dados, com redução de consumo energético, espaço físico e necessidade de refrigeração, em conformidade com diretrizes de sustentabilidade.
- 4.6. O suporte técnico deve ser do tipo Premier Support (ou equivalente do fabricante), garantindo um ponto único de contato para a resolução de incidentes, independentemente de a falha ser de origem física (peças) ou lógica (sistema operacional/banco de dados).
- 4.7. A solução não se caracteriza como bem de luxo, tratando-se de infraestrutura essencial para sistemas de missão crítica fazendária.
- 4.8. A contratação poderá indicar marca e modelo, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativas técnicas constantes do ETP e do Termo de Justificativas Relevantes (TJR).



- 4.9. Deverá ser fornecido suporte técnico integrado, na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), abrangendo de forma unificada tanto a infraestrutura de hardware (Exadata) quanto ao licenciamento de software adquirido neste Termo de Referência.
- 4.10. O contrato deverá prever transferência de conhecimento para a equipe técnica da SEFAZ-PB.

**Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico:**

- 4.11. A manutenção se dará por meio de garantia contratual dos bens, ou complementar à garantia legal, com no mínimo, 36 (Trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;
- 4.12. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;
- 4.13. O suporte em garantia será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;
- 4.14. O suporte em garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
- 4.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;
- 4.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;
- 4.17. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante;
- 4.19. Na hipótese do subitem acima, à Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a



garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;

- 4.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;
- 4.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada;
- 4.22. A contratante terá permissão, dentro da garantia pactuada em contrato, aplicação de penalidades no caso de descumprimento de alguma de suas condições.
- 4.23. Os serviços a ser realizados em cumprimento da garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentas necessárias para a prestação dos serviços;
- 4.24. Garantir que os equipamentos fornecidos sejam atendidos em território nacional;
- 4.25. Todo e qualquer procedimentos logísticos em cumprimento da garantia será de responsabilidade da contratado e deverão ser rigorosamente registrados através de documento de ordem apropriado, seja de cobertura fiscal ou de termo oficial de garantia do fabricante.

**Requisitos de segurança e privacidade:**

- 4.26. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;
- 4.27. O **Termo de Confidencialidade e Sigilo** que consta como modelo no **ANEXO V** deste termo de referência, contendo declaração a ser assinado pelo representante legal da Contratada, que por sua vez se obrigar a dá ciência, através do modelo de **Termo de Ciência** no **ANEXO VI** também neste termo, a todos os colaboradores que diretamente serão envolvidos na contratação;
- 4.28. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e no que couber o **"Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e**



**Privacidade**” que disponível no link : <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/framework-quias-e-modelos> na opção também intitulada de **Requisitos e Obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação**, em especial os itens abaixo relacionados e indicados no referido guia:

- 4.28.1. Controles criptográficos;
  - 4.28.2. Controle de acesso;
  - 4.28.3. Registro de eventos e incidentes de segurança;
  - 4.28.4. Registro de eventos e rastreabilidade;
  - 4.28.5. Salvaguarda de logs.
- 4.29. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 4.30. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 4.31. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

#### **Requisitos de Arquitetura Tecnológica:**

- 4.32. A solução deverá ser apropriada em arquitetura Exadata Oracle, tanto em ambientes de produção quanto em ambientes de backup/recuperação;
- 4.33. A solução deverá estar em arquitetura com tecnologia aplicada ao modelo de banco de dados relacional com a funcionalidade de gerenciamento de entrada, saída, armazenamento e consulta no ecossistema de informação da SEFAZ-PB;
- 4.34. Aderente a tecnologia que propicie os incrementos ou reajustes dos recursos nas necessidades demandantes e escalonamento performáticos e cruciais na computação e processamento do sistema de banco de dados;
- 4.35. Ser apropriada de tecnologia de interconexão de alta velocidade baseada em RDMA, como InfiniBand ou tecnologia equivalente homologada pelo fabricante, para comunicação interna entre os componentes da infraestrutura.



**Requisitos da Implantação e Interoperabilidade:**

- 4.36. Os serviços de implantação da solução consistem na instalação física e configuração lógica de todos os itens fornecidos, devendo ser executados conforme os prazos estabelecidos no item **5** e o detalhamento técnico a seguir:
- 4.37. Escopo dos Serviços de Instalação e Configuração (Item 09): A completa operacionalização do ambiente Exadata X11M e do Novo Licenciamento (Itens 01 a 08) abrangerá, obrigatoriamente, as seguintes etapas:
- 4.38. Planejamento e Site Survey: Realização de vistoria técnica nas dependências da SEFAZ-PB para validação dos requisitos de infraestrutura (elétrica, refrigeração e conectividade. RoCE), resultando na entrega do Plano de Instalação e Configuração (PIC).
- 4.39. Instalação Física: Montagem técnica do Rack Exadata, incluindo o posicionamento físico, cabeamento estruturado e conexão às Unidades de Distribuição de Energia (PDUs) e switches de rede.
- 4.40. Configuração Lógica e Ativação:
- Atualização e parametrização de firmwares e do sistema operacional Oracle Linux;
  - Implementação da infraestrutura de Grid e ativação das instâncias de Banco de Dados;
  - Ativação **e aplicação das novas licenças perpétuas** adquiridas (Enterprise Edition, RAC, Active Data Guard, etc.), garantindo a conformidade do licenciamento desde a origem.
- 4.41. Testes de Homologação (Health Check): Execução de protocolos de testes oficiais do fabricante para assegurar a ausência de falhas de hardware e a correta integração de todos os módulos de software.
- 4.42. Documentação Final: Entrega do relatório "As-Built", contendo o mapa completo da configuração implementada, topologia de rede e chaves de ativação.
- 4.43. Interoperabilidade: A solução deverá ser configurada de forma a garantir a plena interoperabilidade com o ecossistema de TI da SEFAZ-PB, permitindo a comunicação nativa com os sistemas de monitoramento, ferramentas de backup e demais ativos de rede da Secretaria através de protocolos padrão de mercado (TCP/IP, RDMA, SNMP).



4.44. Critérios de Aceite:

4.45. O aceite do Serviço de Instalação e Configuração está condicionado à verificação, por parte da fiscalização técnica, do cumprimento integral de todas as atividades descritas no item 4.1.1, culminando na emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço.

**Requisitos da metodologia de trabalho:**

4.46. O método para implantação ocorrerá com as fases de instalação, configuração e testes das funcionalidades, conforme as especificações técnicas indicado no ANEXO II do serviço do ITEM 01 do **ANEXO I** desde termo de referência;

4.47. Será de responsabilidade da contratada apresenta o cronograma detalhando as fases para entrega e execução dos serviços necessários para colocar toda solução em operação, respeitando as condições dos prazos deste termo de referência.

**Requisitos Legais**

4.48. NBR ISO/IEC 27001: Gestão de segurança da informação para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados armazenados e processados no Exadata;

4.49. NBR ISO/IEC 11801: Sistemas de cabeamento de telecomunicações, necessários para a integração do Exadata às redes existentes;

4.50. 4.17.3. NBR ISO/IEC 14763-2: Orientações para instalação e operação de sistemas de cabeamento;

4.51. NBR ISO 50001: Gestão de energia, útil para otimizar o consumo energético do data center;

4.52. NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), essencial para proteger o Exadata contra falhas elétricas relacionadas a raios;

4.53. NBR 15927: Critérios de eficiência energética para equipamentos e instalações.

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.54. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativa contida no Termo de Justificativas Relevantes nos autos do processo licitatório:

a) **Marca:** Oracle;

b) **Modelo/Linha:** Exadata Database Machine X11M (ou versão tecnologicamente superior no momento da entrega), modelo On-Premises;



- c) **Software de Banco de Dados:** Oracle Database Enterprise Edition e suas opções específicas (RAC, Partitioning, Advanced Compression, Active Data Guard, Diagnostics Pack e Tuning Pack).

4.55. **Justificativa Técnica Resumida (conforme Art. 41, I da Lei 14.133/2021):** A indicação de marca e modelo fundamenta-se nos princípios da **padronização e compatibilidade**, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A SEFAZ-PB possui sistemas críticos (ATF, eProfisco, eProcesso) já homologados e operantes em tecnologia Oracle. A adoção da arquitetura *Engineered System* da Oracle (Exadata) é a única que garante a integração nativa necessária para a consolidação de bases heterogêneas (Movimentação de Workload) com ganho de performance via *Smart Scan* e *Hybrid Columnar Compression*, além de permitir o aproveitamento do investimento em licenciamento e expertise técnica já existente no órgão, reduzindo custos de transição e riscos operacionais.

#### Da exigência de carta de solidariedade

- 4.56. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.
- 4.57. No caso de o licitante não ser o fabricante da solução (Oracle), deverá ser apresentada, como requisito de **Habilitação Técnica**, declaração firmada pelo fabricante original do equipamento e dos softwares, assegurando:
- a) Que o licitante é parceiro autorizado para a comercialização e implementação da linha **Exadata X11M** no Brasil;
  - b) Que o fabricante garante a **solidariedade técnica** quanto ao fornecimento de peças, componentes e atualizações de software (SULS/Premier Support) pelo prazo de garantia estabelecido neste Termo de Referência;
  - c) Que, em caso de interrupção das atividades do licitante vencedor, o fabricante assegurará a continuidade do suporte técnico e a disponibilidade de componentes necessários para a manutenção da infraestrutura da SEFAZ-PB.

#### Subcontratação

- 4.58. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.





### **Garantia da contratação**

- 4.59. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.60. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.61. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.62. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

- 4.63. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
    - 5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
    - 5.1.2. O prazo de entrega dos serviços é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa única;
    - 5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
    - 5.1.4. Descrição detalhada das etapas e procedimentos
- A execução será dividida em fases lógicas para garantir a segurança dos dados da SEFAZ-PB:



- Fase 1: Planejamento e Site Survey: Vistoria técnica detalhada no Data Center para validação de requisitos críticos (energia, refrigeração e topologia de rede). Elaboração do Plano de Instalação e Configuração (PIC) personalizado para o ambiente X11M.
- Fase 2: Instalação Física (Hardware): Entrega do Rack Exadata X11M, montagem técnica, cabeamento estruturado e execução de protocolos de diagnóstico (Health Check) para assegurar a conformidade do hardware.
- Fase 3: Ativação de Software e Licenciamento: Implementação do sistema operacional (OEL), Grid Infrastructure e ativação das licenças.
- Fase 4: Operação Assistida: Período de 30 dias após a instalação e ativação de licenças para ajuste de performance (tuning) e suporte técnico presencial/remoto.

#### 5.1.5. Cronograma de realização dos serviços (Estimado)

Considerando a Ordem de Fornecimento (OF) como o marco inicial (T0):

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo(Dias)</b>	<b>Marco de Conclusão</b>
Etapa 1	Entrega Física do Exadata X11M	até 60 dias	Entrega das Notas Fiscais
Etapa 2	Instalação Física e Ativação de Licenças	até 30 dias	Termo de Aceite Provisório
Etapa 3	Operação Assistida e Repasse de Conhecimento	30 dias	Termo de Aceite Definitivo



## 5.2. Detalhamento das Etapas e Interdependências

5.2.1. Etapa I - Alinhamento de Implantação e Provisionamento de Licenciamento (Início imediato): Após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, a Contratada deverá realizar o planejamento lógico para o provisionamento das novas licenças adquiridas. Esta fase inclui a definição das chaves de ativação e a validação técnica da arquitetura de software (RAC, Active Data Guard, etc.) que será aplicada ao novo hardware, garantindo que o licenciamento esteja disponível para uso imediato após a instalação física. Etapa II - Entrega e Instalação do Equipamento (Até 90 dias): Prazo máximo para que o hardware (Exadata X11M) esteja fisicamente entregue e instalado no Data Center da SEFAZ-PB.

5.3. Etapa II - Entrega, Instalação e Ativação do Equipamento (Até 60 dias): Prazo para que o hardware (Exadata X11M) seja fisicamente entregue, montado e configurado no Data Center da SEFAZ-PB. Esta etapa é concluída com o Health Check do sistema e a ativação das camadas de software e licenciamento, culminando na emissão do Termo de Aceite Provisório.

5.4. Etapa III - Operação Assistida, Repasse de Conhecimento e Aceite Definitivo: Período de 30 (trinta) dias de monitoramento de estabilidade, com suporte técnico especializado da Contratada (Operação Assistida) para garantir o comportamento nominal da nova plataforma.

- Nesta fase, deverá ocorrer o **Repasse de Conhecimento (*Knowledge Transfer*)** para a equipe da SEFAZ-PB, focando nas particularidades do X11M e nas novas funcionalidades das licenças adquiridas.
- O **Termo de Aceite Definitivo** será emitido após este período, atestando que o hardware e o novo licenciamento estão operando em plena conformidade com os requisitos técnicos e de performance estabelecidos no Edital.

## 5.5. Da Reunião de Alinhamento e Planejamento (Kick-off)



- 5.6. A CONTRATADA deverá realizar uma reunião de Apresentação de Expectativas e Planejamento Inicial em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato.
- 5.7. A reunião poderá ocorrer presencialmente nas dependências da SEFAZ-PB ou de forma virtual, a critério da Administração.
- 5.8. Pauta Mínima:
- Cronograma detalhado da entrega física do Exadata X11M;
  - Alinhamento de pré-requisitos de rede, energia e refrigeração (Site Survey);
  - Plano de comunicação entre as equipes técnicas da CONTRATADA e da SEFAZ-PB.

5.9. Participantes da Reunião

- 5.10. Pela **CONTRATANTE (SEFAZ-PB)**: Gestor do contrato, fiscais técnicos e requisitantes, equipe de DBAs e Infraestrutura, e membros da Comissão de Recebimento.
- 5.11. Pela **CONTRATADA**: Preposto, coordenador do projeto, arquiteto de soluções especializado em Exadata e o líder técnico da equipe de implementação e infraestrutura.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.12. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 1457, CEP 58.030-001, Bairro dos Estados - João Pessoa-PB.
- 5.13. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 16h00.

**Materiais a serem disponibilizados**

- 5.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.15. A CONTRATADA deverá fornecer os bens, com suas partes integradas (Hardware e Software), nas configurações e quantidades definidas neste termo de referência e da proposta.
- 5.16. Além dos componentes principais, a entrega deve incluir obrigatoriamente:



- 5.17. **Cabeamento e Conectividade:** Todos os cabos de energia (compatíveis com o padrão das PDUs do Data Center da SEFAZ-PB), cabos de rede (InfiniBand/RoCE e Ethernet) e transceivers (SFPs/QSFPs) necessários para a interconexão de todos os componentes internos do rack e sua ligação com a infraestrutura de rede da Contratante.
- 5.18. **Documentação Técnica:** Manuais de operação, certificados de garantia, mídias ou links de download para softwares/firmwares e os certificados de licenciamento (**Grant Letters**) emitidos pela Oracle.
- 5.19. **Acessórios de Montagem:** Kits de fixação, trilhos e componentes de acabamento necessários para a instalação definitiva do equipamento.
- 5.20. Todos os materiais e componentes fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem uso prévio ou recondicionamento, e integrar a linha de produção atual do fabricante.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.21. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.22. Para a elaboração da proposta comercial, os licitantes deverão considerar os requisitos de capacidade e performance necessários para suportar o ambiente tecnológico da SEFAZ-PB, conforme detalhado no Anexo Técnico.
- 5.23. As informações fundamentais para o dimensionamento incluem, mas não se limitam a:
  - 5.23.1. **Volume de Dados:** Base consolidada estimada em 70 TB (com previsão de crescimento anual de 15%);
  - 5.23.2. **Ambiente de Origem:** Infraestrutura Oracle Exadata (modelo legado), operando com bancos de dados Oracle [versão, ex: 19c];
  - 5.23.3. **Criticidade:** Operação em regime de **Missão Crítica** (24x7), com janelas de manutenção restritas;

**Quantitativo de Licenciamento:** Necessidade de cobertura para 16 Processors de banco de dados.

- 5.24. A ausência de consulta aos dados detalhados no Anexo Técnico não eximirá a Contratada de garantir a plena compatibilidade da solução ofertada com o ambiente de origem. A execução dos **serviços de transferência de dados** será realizada via **Ordens de Serviço de UST**, conforme Catálogo de Serviços, sendo



responsabilidade da Contratada a análise prévia da complexidade para o dimensionamento do cronograma e dos recursos necessários para a migração dos 40 TB previstos.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.25. O prazo de garantia técnica e suporte especializado para o Hardware (Exadata) e o Software (Licenciamento e Suporte), complementar à garantia legal, será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.25.1. Justifica-se a exigência de garantia complementar de 36 (trinta e seis) meses para a Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software em regime perpétuo, serviços especializados de instalação e configuração, e suporte técnico com atualização tecnológica pelo período de 36 (trinta e seis) meses, visando a consolidação e modernização do ambiente de banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PB) em razão da criticidade do ambiente e da necessidade de assegurar a continuidade, integridade e disponibilidade dos ativos e sistemas nela instalados. Trata-se de infraestrutura essencial, destinada à proteção de equipamentos e informações sensíveis, cuja indisponibilidade pode acarretar riscos operacionais, prejuízos institucionais e comprometimento da segurança da informação.

5.25.2. A ampliação do prazo de garantia visa mitigar riscos relacionados a falhas construtivas, defeitos em materiais e eventuais inadequações técnicas que possam surgir após a entrega, garantindo suporte técnico especializado e pronta correção sem ônus adicional para a Administração. Ademais, a medida contribui para a economicidade, ao evitar custos futuros com manutenções corretivas não previstas, e assegura maior confiabilidade e desempenho da solução ao longo do tempo.

5.25.3. Dessa forma, a garantia complementar de 36 meses mostra-se necessária e proporcional à complexidade e à



relevância da contratação, estando alinhada às boas práticas de gestão de riscos e de segurança da informação.

- 5.26. A garantia deverá ser prestada na modalidade "On-Site" (no local de instalação do equipamento), com atendimento 24 horas por dia, 07 dias por semana (24x7), incluindo feriados, sem qualquer ônus adicional para a SEFAZ-PB.
- 5.27. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE;
- 5.28. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
- 5.29. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;
- 5.30. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;
- 5.31. Em conformidade com as **políticas de segurança da SEFAZ-PB**, a Contratada deverá permitir que discos rígidos (HDs/SSDs) ou memórias flash substituídos fiquem sob a posse física do Órgão, para posterior destruição, impedindo o vazamento de dados fiscais (opção Non-Returnable Disk ou similar).
- 5.32. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos componentes que apresentarem vício ou defeito no local de instalação (On-Site), observando os seguintes Níveis de Serviço (SLA), contados a partir da abertura do chamado:
- 5.33. Falha Crítica (Sistema Inoperante): Início do atendimento em até 02 (duas) horas e solução definitiva ou contorno em até 06 (seis) horas;
- 5.34. Falha Não-Crítica (Degradação de Performance): Início do atendimento em até 04 (quatro) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.35. Os prazos indicados no subitem anterior poderão ser dilatados apenas em situações de excepcional complexidade técnica, mediante autorização por escrito da SEFAZ-PB, desde que não comprometam a continuidade da arrecadação estadual.;





- 5.36. Na impossibilidade de reparo imediato de um componente crítico no prazo estipulado, o Contratado deverá adotar todas as medidas necessárias junto ao fabricante (Oracle) para garantir a continuidade operacional, incluindo a substituição integral do componente falho por meio de logística de emergência.;
- 5.37. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;
- 5.38. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;
- 5.39. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá fornecer e aplicar todos os patches de segurança (Critical Patch Updates - CPU) e atualizações de firmware necessários para manter a estabilidade e a segurança da infraestrutura.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.40. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas
- 5.41. Do Plano de Transição e Reversibilidade:
- 5.42. Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão antecipada, a Contratada deverá garantir a reversibilidade dos serviços e o apoio à transição para um eventual novo fornecedor ou para a gestão direta pela SEFAZ-PB, sem interrupção das atividades fiscais.
- 5.43. Transferência de Conhecimento (Knowledge Transfer):
- 5.44. Antes do encerramento do contrato, a Contratada deverá realizar sessões formais de repasse de conhecimento para a equipe técnica da SEFAZ-PB, abrangendo:
- 5.45. Arquitetura detalhada da implementação (As-Built);
- 5.46. Procedimentos de administração do Exadata (Storage, Células, Redes RoCE/InfiniBand);
- 5.47. Rotinas de backup, restauração e políticas de segurança aplicadas;
- 5.48. Scripts de monitoramento e ferramentas de automação customizadas durante a execução.
- 5.49. Entrega de Documentação Final:



- 5.50. A finalização do contrato está condicionada à entrega de toda a documentação técnica atualizada, incluindo:
- 5.51. Diagramas de topologia de rede e storage;
- 5.52. Inventário completo de licenças e números de identificação de suporte (CSIs);
- 5.53. Entrega de Relatórios de Instalação e Prontidão Operacional, contendo o sumário dos protocolos de Health Check (ex: Exacheck), validação da topologia de rede RoCE e confirmação da ativação de todas as licenças de software, comprovando que a infraestrutura está integralmente configurada e disponível para o início das operações de migração pela SEFAZ-PB.
- 5.54. Entrega de Credenciais e Senhas:
- 5.55. A Contratada deverá formalizar a entrega de todas as credenciais de nível administrativo (root, sysdba, admin) de todos os componentes da solução, devendo a SEFAZ-PB proceder com a imediata troca das senhas após o recebimento.
- 5.56. Apoio à Saída (Off-boarding):
- 5.57. Caso a SEFAZ-PB opte por migrar para outra solução ao fim do ciclo de vida deste contrato, a Contratada compromete-se a fornecer as informações técnicas necessárias para a extração segura dos dados e desativação controlada do equipamento, garantindo que não haja perda de integridade das informações fiscais.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período:
- 6.7.1. Em regime integral (horário comercial), durante as etapas de Instalação Física e Ativação de Software (Etapa II) e durante o período de Operação Assistida (Etapa III), garantindo suporte imediato durante a entrada em produção da nova infraestrutura.
  - 6.7.2. Após a conclusão da implantação e durante o período de garantia/suporte (36 meses), o preposto deverá estar disponível para reuniões presenciais ou virtuais de acompanhamento e para a gestão de incidentes críticos, sempre que convocado pela fiscalização.
- 6.8. A exigência do preposto no local da execução dos serviços se justifica:
- 6.9. Pela altíssima complexidade técnica da solução Oracle Exadata X11M e pela natureza de Missão Crítica da infraestrutura que suportará os sistemas da SEFAZ-PB. A presença do preposto garante a interlocução imediata com a equipe técnica da Secretaria, agilizando tomadas de decisão estratégicas e mitigando riscos operacionais durante a ativação do novo licenciamento e configuração do hardware. Além disso, a presença física é essencial para coordenar o acesso de técnicos de suporte especializado e garantir o cumprimento rigoroso dos protocolos de segurança física e lógica exigidos pelo Órgão.
- 6.10. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



## Fiscalização

- 6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.12. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.13. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.15. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.18. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).



**Gestor do Contrato**

- 6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)
- 6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normalmente através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.3.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.3.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.



- 7.3.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
- 7.3.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.3.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.3.7. A CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.3.8. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do CONTRATANTE, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pela Contratada deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.3.9. **Os serviços de Instalação e Configuração (Item 10):** A medição será baseada na entrega do documento "As-Built" e na conclusão da Operação assistida de 30 dias. O serviço será medido como "concluído" apenas após o aceite definitivo do ambiente operacional.
- 7.3.10. **Os serviços Técnicos sob Demanda (Item 11- UST):**





- 7.3.11. Os serviços serão remunerados exclusivamente por Unidade de Serviço Técnico (UST), vinculada à entrega de produtos ou resultados mensuráveis, vedado o pagamento por mera disponibilidade de horas ou postos de trabalho.
- 7.3.12. Os serviços técnicos especializados sob demanda deverão incluir relatório de diagnóstico e plano de ação, configuração validada e homologada pela SEFAZ-PB
- 7.3.13. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não consumir a totalidade do saldo de USTs previsto, sem que isso gere direito a indenização à CONTRATADA.
- 7.3.14. O catálogo de Serviços poderá ser ajustado conforme a necessidade de prestação de serviços da CONTRATANTE em comum acordo entre as partes;
- 7.3.15. Caso a atividade a ser desenvolvida no Projeto não esteja presente no Catálogo de Serviços, poderão ser incluídas no catálogo, de comum acordo, novas atividades com o quantitativo de USTs de acordo com o esforço necessário e complexidade envolvida:
- 7.3.16. A Unidade de Serviço Técnico (UST) corresponde a um pacote de serviços pré-definido, com entregáveis claros e mensuráveis, conforme descrito no Lista de Serviços Orientados a Entregáveis (Anexo IV). Cada UST representa um conjunto de atividades necessárias para a conclusão de um serviço específico, com prazo, qualificação profissional e critérios de aceitação;
- 7.3.17. O valor de cada OS será calculado pela soma das atividades previstas, multiplicada pelo Fator de Complexidade (Baixa: 1.0; Média: 1.5; Alta: 2.0), conforme os pesos definidos no Catálogo de Serviços.
- 7.3.18. As penalidades por atraso na entrega da OS ou excesso de inconsistências na homologação (conforme limites de tolerância previstos no Anexo Técnico) serão aplicadas diretamente sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço.
- 7.3.19. **Da Mecânica de Medição e Aceite (Item 11- UST)**
- 7.3.20. A execução dos serviços será acompanhada e medida da seguinte forma:





## GOVERNO DA PARAÍBA

- a) Execução: A CONTRATADA executará as atividades previstas nos cronogramas de entregas acordados com o CONTRATANTE.
- b) Relatório de Execução: Para cada entrega concluída, a CONTRATADA submeterá um relatório com as evidências do serviço realizado.
- c) Aceite: O fiscal técnico validará o relatório e, estando em conformidade, emitirá um Termo de Recebimento da Entrega.
- d) Aferição: O aceite formaliza o cumprimento daquela etapa do plano e autoriza o registro do consumo das USTs correspondentes no Extrato de Execução.

### 7.3.21. **Do Catálogo de Serviços e da Mecânica de Consumo**

7.3.22. Lista de atividades e requisitos técnicos relacionados ao Item 11 - Serviços técnicos especializados, sob demanda, para consultoria técnica de profissional Oracle com conhecimentos sólidos comprovados em equipamentos Oracle Exadata, seus componentes e softwares, do Objeto deste Termo de Referência, que deverá ser observada e cumprida pela CONTRATADA, a critério da CONTRATANTE estão indicados no ANEXO III e com quantitativo de UST's definidos para cada serviço no ANEXO IV.

7.3.23. A execução de qualquer serviço listado, formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), debitará o valor correspondente em USTs do saldo da respectiva franquia, configurando o consumo do objeto previamente contratado.

### 7.3.24. **Tratativa para Serviços Não Catalogados:**

7.3.25. Serviços de natureza técnica que se façam necessários durante a execução do contrato, mas que não estejam expressamente listados neste catálogo, poderão ser executados mediante processo formal. A CONTRATADA deverá submeter uma proposta técnica ao fiscal do contrato,



contendo o escopo, os entregáveis e uma justificativa para a valoração em USTs, por critério de similaridade com os serviços já catalogados em termos de esforço e complexidade. A execução somente poderá ocorrer após a análise e aprovação expressa do fiscal do contrato, que registrará a valoração acordada na respectiva Ordem de Serviço.

7.3.26. **Tabela de Conversão de Serviços em UST:**

7.3.27. A tabela do anexo III é o instrumento oficial para a conversão das necessidades de serviços técnicos do SEFAZ-PB em seus correspondentes valores em UST. Cada Ordem de Serviço (OS) autorizada resultará no débito do valor aqui estabelecido do saldo da franquias previamente adquirida no Item 11, materializando o consumo do objeto contratado.

7.3.28. Os valores em UST foram definidos com base na complexidade, criticidade e esforço técnico médio estimado para a entrega do resultado de cada serviço, e não se vinculam a horas-homem. A execução de um serviço consome integralmente seu valor em UST, mediante o aceite do seu entregável.

7.3.29. **DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) – Item 11- UST**

7.3.30. Propósito e Abrangência

7.3.31. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelece os indicadores de desempenho, as metas e as métricas mínimas de qualidade para a prestação dos Serviços Técnicos Especializados. Seu objetivo é assegurar a eficiência, a agilidade e a qualidade contínua dos serviços que suportam o ambiente de banco de dados do SEFAZ-PB, em conformidade com a Súmula 269 do TCU e com o princípio da eficiência.

7.3.32. Classificação de Prioridade dos Chamados

7.3.33. Toda Ordem de Serviço (OS) para consumo das franquias de UST será classificada pela fiscalização do SEFAZ-PB, no ato da abertura, conforme a seguinte tabela de prioridade, que norteará as metas de atendimento:





Prioridade	Definição
<b>CRÍTICA</b>	Incidente que causa a indisponibilidade total de um serviço essencial (e.g., paralisação do banco de dados de produção) ou uma vulnerabilidade de segurança grave com risco iminente de exploração.
<b>ALTA</b>	Incidente que causa a degradação severa de performance de um serviço essencial, ou impede a execução de uma funcionalidade crítica, sem, contudo, causar a indisponibilidade total.
<b>MÉDIA</b>	Incidente que causa lentidão ou falhas intermitentes em funcionalidades não essenciais, ou requisições de serviço programadas (e.g., criação de um novo PDB para um projeto).
<b>BAIXA</b>	Dúvidas, solicitações de relatórios de rotina, ou planejamento de atividades que não impactam a operação corrente.

7.3.34. **Indicadores de Desempenho e Metas – Item 11**

7.3.35. A qualidade da prestação dos serviços será aferida mensalmente por meio dos seguintes indicadores:

Indicador	Descrição da Métrica	Meta (Prioridad e CRÍTICA)	Meta (Prioridad e ALTA)	Meta (Prioridad e MÉDIA)	Meta (Prioridad e BAIXA)
<b>Tempo de Início de Atendimento (TIA)</b>	Intervalo de tempo entre a abertura da OS pelo SEFAZ-PB e a primeira atuação técnica da CONTRATADA no chamado.	≤ 1 hora útil	≤ 2 horas úteis	≤ 8 horas úteis	≤ 24 horas úteis
<b>Tempo de Resolução da Solução (TRS)</b>	Intervalo de tempo entre a abertura da OS e a sua resolução	≤ 6 horas corridas	≤ 12 horas úteis	Conforme acordado na OS	Conforme acordado na OS





	definitiva, com a entrega do produto/resultad o esperado.				
--	---	--	--	--	--

7.3.36. **Mecanismo de Glosa por Descumprimento de Meta – Item 11**

7.3.37. Ao final de cada mês, será apurado o percentual de chamados atendidos dentro das metas estabelecidas para os indicadores TIA e TRS (para prioridades Crítica e Alta). Caso o desempenho da CONTRATADA seja inferior às metas mínimas, será aplicado um fator de ajuste (glosa) sobre o valor total das USTs consumidas no mês, conforme a tabela abaixo:

Percentual de Cumprimento das Metas (TIA/TRS Crítico e Alto)	Fator de Ajuste (Glosa) a ser aplicado sobre o valor faturado no mês
≥ 98%	0%
De 95% a 97,99%	2%
De 90% a 94,99%	5%
Abaixo de 90%	10%

7.3.38. A aplicação do fator de ajuste não configura penalidade, mas sim uma adequação da remuneração ao serviço efetivamente prestado. A aplicação das glosas não isenta a CONTRATADA da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inexecução.

7.3.39. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao A CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no



CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.4. Relatórios e execução de Teste:

7.5. No ato entrega entre o recebimento provisório e definitivo, a Contratada deverá realizar e fornecer relatórios para constar nos termos, os seguintes testes:

7.6. Teste de cargas e desempenho de trabalho na infraestrutura EXADATA ORACLE, para avaliar sua capacidade de lidar com altas demandas de processamento, armazenamento, acesso de usuários simultâneos e de E/S intensivas.

7.7. Teste de redundância na infraestrutura e sua capacidade de resiliência sob seus componentes críticos em situações de desastre ou interrupção e/ou falhas de energia. Afim de testar tempo recuperação e a continuidade do funcionamento da solução.

7.8. Teste de desempenho: Este teste envolve a execução de vários cenários de trabalho em uma infraestrutura para avaliar seu desempenho em diferentes situações, como acesso de usuários simultâneos ou cargas de trabalho de E/S intensivas.

7.9. Teste de segurança na infraestrutura em termos de acesso não autorizado, controle de acesso e segurança de dados, para garantir que a infraestrutura atenda aos requisitos mínimos de segurança.

7.10. Níveis Mínimos de Serviço -IMR:

7.11. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados estabelecidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de



	Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo(métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB.</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto à CONTRATADA entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.







Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE: De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1% sobre o valor da OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 2% sobre o valor da OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 3% sobre o valor da OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 4% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 1% sobre o valor do Contrato.
---	--

### **Do recebimento**

- 7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).
- 7.13. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.14. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).
- 7.15. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).
- 7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.17.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.17.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou



incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 7.17.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.17.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.19. Os serviços referentes aos **Itens 1 e 09** serão recebidos definitivamente no prazo **de 60 (sessenta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).



- 7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.20. O recebimento das licenças de software **(Itens 02 a 09)** será considerado efetivado mediante a entrega e validação dos seguintes comprovantes:
- 7.21. Comprovante de Titularidade (Ordering Document): Documento oficial emitido pela Oracle do Brasil, em nome da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB), contendo a descrição das licenças, as quantidades (Processors), o modelo de licenciamento (Perpetual) e os números de série de suporte (CSI - Customer Support Identifier).
- 7.22. Ativação no Portal de Suporte: Comprovação de que as licenças estão devidamente registradas e ativas no portal Oracle My Support, vinculadas ao perfil administrativo da SEFAZ-PB, permitindo o download de atualizações e a abertura de chamados técnicos.
- 7.23. Declaração de Conformidade: Documento da Contratada atestando que todas as licenças fornecidas são novas, legítimas e estão em conformidade com as regras de licenciamento para a plataforma Exadata X11M.
- 7.24. Recebimento Provisório: Ocorrerá no momento da disponibilização dos documentos de licenciamento e chaves de acesso para conferência administrativa.
- 7.25. Recebimento Definitivo: Será realizado após a configuração lógica e ativação das licenças no hardware (conforme detalhado no Item 10), confirmando que os recursos (como RAC e Active Data Guard) estão plenamente operacionais e reconhecidos pelo sistema.
- 7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133,



de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 7.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.31. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.31.1. O prazo de validade;
  - 7.31.2. A data da emissão;
  - 7.31.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.31.4. O período respectivo de execução do contrato;
  - 7.31.5. O valor a pagar; e
  - 7.31.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
  - 7.31.7. Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
  - 7.31.7.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.



- 7.32. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.33. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.34. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.35. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.37. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.39. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.



- 7.40. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

- 7.41. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.43.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.43.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.44. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

- 7.45. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.46. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.47. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



- 7.48. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.49. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.50. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.52. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

- 8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.5.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados.



8.5.1.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:

a) Fornecimento e Instalação de Infraestrutura de Dados: Equipamento de processamento de alto desempenho com arquitetura convergente, será exigida a comprovação de fornecimento de, no mínimo, 01 (uma) unidade de infraestrutura de banco de dados de alto desempenho com arquitetura convergente (equivalente a um sistema Oracle Exadata), por se tratar de item de natureza indivisível e de alta complexidade integrativa;

b) Fornecimento de Licenciamento de Software: Licenciamento perpétuo de Banco de Dados nível Enterprise e módulos de alta disponibilidade (RAC, Active Data Guard) e performance (Partitioning, Compression);

c) Comprovação de, no mínimo, 250 horas de consultoria técnica em serviços especializados ou equivalente, que contemplem serviços de arquitetura, configuração, sustentação, suporte e monitoramento de banco de dados Oracle, na versão 19c ou superior, envolvendo pelo menos as seguintes tecnologias: Oracle Database Enterprise Edition; Oracle Real Application Cluster; Oracle Partitioning; Oracle Advanced Compression; ORACLE Active Data Guard; Oracle Diagnostics Pack e ORACLE Tuning Pack.

8.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano





do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.5.6. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela de serviços técnicos especializados sob demanda, desde que a subcontratação seja devidamente formalizada e aprovada pela Administração.

8.5.7. Prova de atendimento aos requisitos técnicos específicos:

8.5.8. Vínculo com o Fabricante (Oracle)

- a) Comprovar ser parceiro autorizado Oracle e possuir o PSA ativo (Public Sector Agreement), o que deverá ser feito mediante a apresentação de Declaração do Fabricante (Oracle), emitida em nome do licitante, atestando que a empresa está apta e autorizada a comercializar os produtos (hardware e software) e a prestar os serviços técnicos especializados objetos desta licitação.

8.6. Para fins de qualificação técnico-profissional, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6.1. **Qualificação Técnica Profissional (Equipe)**

8.6.2. Gerente de Projeto: serviços de planejamento, coordenação e gestão do cronograma de implantação da solução.

8.6.3. Qualificação: Apresentar comprovação de, no mínimo, 01 (uma) certificação válida em gerenciamento de projetos ou serviços (Exemplos: Project Management Professional - PMP; ITIL® 4 Foundation ou superior).

8.6.4. Comprovação: Cópia da certificação válida.

8.6.5. **Especialista Oracle Exadata:** serviços de instalação física, configuração lógica, ativação de licenciamento e testes de validação da infraestrutura X11M;

8.6.6. Qualificação: Apresentar certificação oficial do fabricante que comprove a especialização em Oracle Exadata.

8.6.7. Comprovação: Cópia da certificação.



- 8.7. Regras Gerais de Comprovação da Equipe:
- 8.8. O licitante deverá apresentar um Termo de Compromisso assinado pelos profissionais indicados, assegurando sua alocação ao contrato caso a empresa seja vencedora.
- 8.9. Será admitida a comprovação de vínculo dos profissionais por meio de registro na CTPS, contrato social (em caso de sócios) ou contrato de prestação de serviços, este último regido pela legislação civil e sem qualquer característica de subordinação que possa configurar relação de emprego.
- 8.10. Um mesmo profissional não poderá ser apresentado por mais de um licitante, sob pena de inabilitação de ambos.
- 8.11. Para fins de habilitação, deverá o licitante apresentar declaração:
- 8.12. Indicando que possui ou terá à disposição, na data da instalação, ferramental técnico e logístico especializado para movimentação de carga sensível (rack Exadata), além de infraestrutura de conectividade e hardware necessária para a execução dos serviços de configuração lógica e testes de aceitação (Health Checks) exigidos pelo fabricante.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I)Gestão/Unidade: 20902;  
II)Fonte de Recursos: 500;  
III)Programa de Trabalho: 5292.4621.0000287;  
IV)Elemento de Despesa: 33904000. (Item 2 ao 11 – Serviços)

V)Gestão/Unidade: 20902;



VI)Fonte de Recursos: 500;  
VII)Programa de Trabalho: 5292.4621.0000287;  
VIII)Elemento de Despesa: 44905200. (Item 1 – Equipamento)

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. ANEXO (S)**

- 11.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.
- 11.2. Anexo II – Especificações Técnicas
- 11.3. Anexo III - Catálogo de Serviços
- 11.4. Anexo IV - Lista de Serviços Orientados a Entregáveis
- 11.5. Anexo V - Termo de Confidencialidade e Sigilo
- 11.6. Anexo VI -Termo de Ciência

João Pessoa, 31 de março de 2026.

### **Histórico de versões:**

Criado em: 20/02/2026

**Modificado em: 31/03/2026**

Elaborado por:

**MARX FERNANDES DE GUSMÃO**  
Gerente da Gerência de Tecnologia da Informação  
Matrícula: 147.088-4  
(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

**MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**  
Secretário de Estado da Fazenda  
Matrícula: 171.798-7  
(assinado eletronicamente)





## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:20.000.600057.2026

## 1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	136898	EXADATA Database Machine X11M Rack	Un	Lote 001	1	8703557,910	Ampla Concorrência
2	136899	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	48	103742,990	Ampla Concorrência
3	136965	ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	16	471558,020	Ampla Concorrência
4	136901	ORACLE Real Application Clusters (RAC)ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	6	228000,000	Ampla Concorrência
5	136902	ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	16	114166,680	Ampla Concorrência
6	136903	ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	16	114166,680	Ampla Concorrência
7	136904	ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	16	114166,680	Ampla Concorrência
8	136905	ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de	licença	Lote 001	32	74456,530	Ampla Concorrência



Referência.							
9	136906	ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	licença	Lote 001	32	49637,690	Ampla Concorrência
10	136907	SERVIÇO de instalação e configuração da solução Exadata X11M.	Un	Lote 001	1	608794,260	Ampla Concorrência
11	136213	SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	UST	Lote 001	500	490,000	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$32.900.959,690



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**1.1.** As especificações, unidades de medida e os quantitativos que compõem o escopo dos Planos de Trabalho estão dispostos no quadro abaixo:

<b>Item</b>	<b>Descrição do Item</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade Estimada</b>
1	EXADATA Database Machine X11M Rack	UND	1
2	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	48
3	ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
4	ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	6
5	ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
6	ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
7	ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
8	ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32





## GOVERNO DA PARAÍBA

9	ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32
10	Serviço de Instalação e Configuração da solução Exadata X11M.	UND	1
11	SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	UST	500

### 2. DO DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Esta seção detalha os requisitos técnicos, funcionais e de fornecimento mínimos obrigatórios para os itens 01 a 10 do objeto.

#### 2.1. Item 01 - Fornecimento de Exadata Database Machine X11M Rack

O objeto do item 01 consiste no fornecimento de 01 (um) sistema de engenharia Oracle Exadata Database Machine X11M, ou superior, completos, integrados e pré-configurados em rack pelo fabricante. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, sem uso anterior ou recondicionamento, pertencentes à linha de produção mais recente do fabricante na data de apresentação da proposta.

A composição mínima de hardware para cada um dos sistemas (Principal e Secundário) deverá ser a seguinte:

##### 2.1.1 Servidores de Banco de Dados (Database Servers):

- Deverão ser fornecidos, no mínimo, **02 (dois) servidores** por rack.
- Cada servidor deverá ser equipado com, no mínimo, 02 (dois) processadores 96 cores **AMD EPYC™ 9J25 de 2.6 GHz**, ou superior.
- Cada servidor deverá possuir, no mínimo, **1,5 TB de memória RAM**.
- (duas) placas Flash NVMe Flash SSD Hot-Swappable com 3,84TB (três vírgula oitenta e quatro terabytes) expansível até 4 (quatro) placas Flash NVMe Flash SSD;
- 4 (quatro) portas de conexão 10/25 Gb Ethernet (SFP28);
- 2 (duas) portas de 100Gb QSFP28 RoCE Fabric;
- 1 (uma) porta de conexão 1 Gb Ethernet (RJ45) para gerenciamento;
- 1 (uma) porta de conexão ILOM Ethernet (RJ45).

##### 2.1.2 Servidores de Armazenamento (Storage Servers):





## GOVERNO DA PARAÍBA

- Deverão ser fornecidos, no mínimo, **04 (quatro) servidores** de armazenamento por rack.
- Cada servidor de armazenamento deverá ser equipado com processadores que totalizem, no mínimo, **64 cores por servidor**.
- 2 (duas) portas de 100Gb QSFP28 RoCE Fabric;
- 1 (uma) porta de conexão 1 Gb Ethernet (RJ45) para gerenciamento;
- 1 (uma) porta de conexão ILOM Ethernet (RJ45).
- 

### 2.1.3 Requisito Específico de Capacidade de Armazenamento:

- Solução deverá prover uma capacidade **líquida utilizável** de, no mínimo, **320 TB**.
- Observação: A capacidade líquida utilizável desconsidera o espaço reservado para redundância (RAID), backups locais e outros overheads do sistema.

### 2.1.4 Requisitos Mínimos de Desempenho:

- A solução deverá ser capaz de entregar, no mínimo, **5.600.000 IOPS** (Operações de I/O por Segundo) para operações de leitura em blocos de 8K.
- A solução deverá ser capaz de entregar, no mínimo, **4.000.000 IOPS** para operações de escrita em blocos de 8K.

### 2.1.5 Requisitos Gerais do Fornecimento:

- A solução deverá ser compatível com a versão **Oracle Database 19c**, ou superior.
- Todos os componentes (servidores, switches, PDUs, etc.) deverão ser entregues acondicionados em rack padrão do fabricante, com todos os cabos e acessórios necessários à sua plena instalação e funcionamento.
- Todos os componentes de hardware deverão possuir garantia e suporte técnico do fabricante (hardware warranty) por, no mínimo, 12 (doze) meses.
- Os servidores de armazenamento deverão prover o recurso de cache dos objetos do banco de dados em memória flash (Flash Cache), substituindo operações de I/O mecânicas e lentas no disco por operações de memória flash extremamente rápidas. Sua utilização deverá acontecer de forma automática através da movimentação dos dados frequentemente







## GOVERNO DA PARAÍBA

acessados para a memória flash.

- O appliance também deve ser capaz de evitar que operações utilizem a Flash Cache de forma desnecessária tais como operações de full scan em tabelas, cópias de espelhamento, cópias de backup e ferramentas de exportação e importação.
- O appliance deverá possuir características internas de redundância e tolerância a falhas, possuindo redundância de todos os componentes do equipamento com o objetivo de não apresentar ponto único de falha.
- O appliance deverá permitir crescimento de capacidade de processamento e armazenamento de forma independente por meio da adição de servidores similares e compatíveis com fabricante do módulo.
- O appliance deverá ser transparente à todas as aplicações e usuários do banco de dados, não exigindo que aplicações sejam reescritas ou ajustadas.
- A comunicação entre todos os componentes do módulo deverá ser feita através de arquitetura de comunicação de rede que utilize banda de comunicação de 100 Gb/s ou velocidade superior, utilizando "RDMA over Converged Ethernet (RoCE)".
- Deverão ser fornecidos 02 (dois) switches 100 Gb/s RoEC com 36 portas cada.
- Deverá ser fornecido 01 (um) switch Ethernet 48 portas para gerenciamento.
- O appliance deverá permitir algoritmos de compressão que permitam compactar os objetos do banco de dados com foco em aplicações analíticas (organizadas em estrutura colunar).
- O appliance deverá ser entregue energizado, instalado e configurado, com documento de arquitetura e pronta para uso.
- Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, transceivers e demais acessórios necessários para instalação, conectividade e pleno funcionamento.
  - Os 4 (quatro) transceivers 10/25 GbE Dual Rate SFP28 SR para a conexão com os switches core da SEFAZ/PB deverão ser fornecidos.
- Os equipamentos e eventuais softwares mencionados neste Termo deverão estar em concordância com os produtos ofertados pela empresa Oracle do Brasil, e a CONTRATADA deverá ser revendedora dos produtos Oracle credenciada pela mesma e autorizada a fornecer para a administração pública.





## GOVERNO DA PARAÍBA

### 3.2 Item 02 - Exadata

### Storage Server Software

- 3.2.1 O objeto do item 02 consiste no fornecimento de **48 (quarenta e oito) licenças** de software **Exadata Storage Server Software**, na modalidade **perpétua** (Disk Drive Perpetual).
- 3.2.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do software que gerencia e otimiza as funcionalidades dos Servidores de Armazenamento (Storage Servers) fornecidos no item 01.
- 3.2.3 O fornecimento das licenças deverá incluir, sem custo adicional, o serviço de Suporte Técnico e Atualização do Fabricante (Software Update License & Support) pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega da solução.

### 3.3 Item 03 - Oracle Database Enterprise Edition

- 3.3.1 O objeto do item 03 consiste no fornecimento de 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Database Enterprise Edition, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.3.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle Enterprise Edition, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.4 Item 04 - Oracle Real Application Clusters (RAC)

- 3.4.1 O objeto do item 04 consiste no 06 (seis) licenças de software Oracle Real Application Clusters (RAC), na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.4.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do Oracle Real Application Clusters, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.5 Item 05 - Oracle Partitioning

- 3.5.1 O objeto do item 05 consiste no 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Partitioning, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.5.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Partitioning, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.6 Item 06 - Oracle Advanced Compression





## GOVERNO DA PARAÍBA

- 3.6.1 O objeto do item 06 consiste no 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Advanced Compression, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.6.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Advanced Compression, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.7 Item 07 - Oracle Active Dataguard

- 3.7.1 O objeto do item 07 consiste no 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Active Dataguard, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.7.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Active Dataguard compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.8 Item 08 - Oracle Diagnostics Pack

- 3.8.1 O objeto do item 08 consiste no 32 (trinta e duas) licenças de software **Oracle** Diagnostics Pack, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.8.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Diagnostics Pack compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.9 Item 09 - Oracle Tuning Pack

- 3.9.1 O objeto do item 09 consiste no 32 (trinta e duas) licenças de software **Oracle** Tuning Pack, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.9.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Tuning Pack compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.10 Suporte dos itens de 01 a 09

- 3.10.1 Os itens de 01 a 09 deverão incluir, sem custo adicional para a Administração, o serviço de Suporte Técnico e Atualização do Fabricante





## GOVERNO DA PARAÍBA

pelo período total de 36 (trinta e seis) meses. Este período será composto por:

- 3.10.2 I. 12 (doze) meses de garantia e suporte nativos, inclusos na contratação inicial, contados a partir do Termo de Aceite Definitivo da solução;
- 3.10.3 II. 24 (vinte e quatro) meses adicionais de serviço de suporte técnico e atualização tecnológica (Premier Support ou equivalente), garantindo a continuidade da subscrição de suporte e o direito a atualizações de software e segurança para todos os módulos licenciados e para o hardware Exadata X11M.

### 4. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Esta seção estabelece o escopo mínimo, os entregáveis e os critérios de aceite para os serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

#### 4.1 Item 10 - Do Serviço de Instalação e Configuração

##### 4.1.1 Escopo Mínimo dos Serviços:

O serviço de Instalação e Configuração (Item 10) refere-se à completa operacionalização dos equipamentos e softwares fornecidos nos Itens 01 a 09, e deverá abranger, no mínimo, as seguintes atividades:

**a) Planejamento:** Elaboração e apresentação do Plano de Instalação, contendo cronograma detalhado, pré-requisitos de infraestrutura (energia, refrigeração, rede) e equipe técnica alocada.

**b) Instalação Física:** Instalação dos racks, montagem e conexão de todos os componentes de hardware (servidores, switches, PDUs) nos Datacenters de produção e contingência do SEFAZ-PB.

**c) Configuração Lógica:** Inicialização dos sistemas, configuração do software embarcado (firmware), aplicação das licenças de software (Itens 02 a 09) e configuração das redes internas (interconnect) da solução.

**d) Testes de Validação:** Execução de suíte de testes de diagnóstico do fabricante para validar a integridade e o funcionamento de todos os componentes de hardware e software.

**e) Documentação:** Elaboração e entrega do Relatório Final de Instalação ("As-Built"), contendo o detalhamento da configuração física e lógica implementada em cada site.





**4.2 Item 11 - Serviços técnicos especializados sob demanda**

- 4.2.1 O serviço especializado sob demanda visa a realização de atividades específicas em formato de Projeto ou Plano de Ação com escopo definido, utilizando a Unidade de Serviço Técnico (UST) como unidade de medida.
- 4.2.2 A UST corresponde a um pacote de serviços predefinido, com entregáveis claros, prazo, qualificação profissional e critérios de aceitação, conforme detalhado no Catálogo de Serviços (Anexo III e IV).
- 4.2.3 A CONTRATANTE não está obrigada a consumir a totalidade do saldo de USTs contratado.
- 4.2.4 Metodologia de Cálculo:
- 4.2.5 O valor de cada Ordem de Serviço (OS) será calculado pela soma das USTs das atividades listadas, multiplicada pelo Fator de Complexidade e pelo valor unitário da UST licitada.
- 4.2.6 Será adotado o fator de complexidade das atividades, conforme Quadro abaixo, para ser realizado a multiplicação para cada atividade da Ordem de Serviços.

COMPLEXIDADE	FATOR	DESCRIÇÃO
<b>BAIXA</b>	1,0	Atividades de rotina ou em ambientes de desenvolvimento/homologação , sem necessidade de integração entre sistemas.
<b>MÉDIA</b>	1,5	Atividades que exijam integração de sistemas ou ambientes de pré-produção ou processos que afetem módulos críticos de negócio de forma limitada.
<b>ALTA</b>	2,0	Atividades em ambientes de missão crítica (Produção) ou arquiteturas complexas, múltiplos sistemas integrados ou impacto significativo em processos estratégicos do órgão.

4.2.6.1. Cada Ordem de Serviço deverá indicar, no momento da solicitação, o nível de complexidade baseado nos critérios acima, possibilitando aferição objetiva do fator aplicado.

4.2.6.2. A fiscalização do contrato poderá revisar a classificação, desde que documentada com base nos critérios objetivos definidos.



**4.2.7 Fluxo de Abertura e Execução da Ordem de Serviço (OS):**

- 4.2.7.1 Registro e Abertura: A demanda é registrada pelo requisitante e a OS é aberta formalmente pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.
- 4.2.7.2 Alinhamento e Planejamento: A CONTRATADA agendará reunião para alinhar o entendimento e definir o fator de complexidade. Caso a atividade não conste no Catálogo, as partes poderão pactuar o esforço necessário para inclusão.
- 4.2.7.3 Cronograma: A CONTRATADA apresentará o cronograma de trabalho. Após aprovação pela CONTRATANTE, a execução deve iniciar em até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.2.7.4 Acompanhamento e Qualidade: A execução será acompanhada por técnico da SEFAZ-PB. Em caso de arquiteturas complexas, a CONTRATADA deverá realizar o Quality Assurance (QA) junto ao fabricante (Oracle) para garantir a conformidade com as melhores práticas.
- 4.2.7.5 Finalização e Repasse: Concluída a atividade, a CONTRATADA entregará os relatórios de diagnóstico, planos de ação e realizará a transferência de conhecimento técnico à equipe da SEFAZ-PB.

**4.2.8 Rito de Recebimento e Homologação:**

- 4.2.8.1 Recebimento Provisório: Emitido após a entrega dos documentos e transferência de conhecimento, iniciando-se a fase de homologação.
- 4.2.8.2 Correções: Eventuais não conformidades deverão ser corrigidas pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.2.8.3 Recebimento Definitivo: Emitido após a validação total das entregas, autorizando o faturamento.
- 4.2.8.4 Garantia: Após o Recebimento Definitivo, inicia-se o período de garantia de 90 (noventa) dias, durante o qual correções de erros inerentes ao serviço prestado deverão ser feitas sem ônus à CONTRATANTE

**4.2.9 Acordo de Nível de Serviço (SLA) e Penalidades Específicas da OS:**





## GOVERNO DA PARAÍBA

- 4.2.9.1 Inconsistências: Será permitido o limite de até 6 (seis) inconsistências por OS. Excedido este limite, aplicar-se-á multa de 0,02% sobre o valor da OS por cada nova inconsistência.
- 4.2.9.2 Atrasos: Será permitido atraso máximo de 7 (sete) dias úteis na execução. Excedido este prazo, aplicar-se-á multa de 0,02% sobre o valor da OS por dia de atraso.
- 4.2.9.3 Substituição de Recurso: A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer técnico que não demonstre habilidade requerida, devendo a CONTRATADA efetuar a troca em até 5 (cinco) dias úteis por profissional de qualificação equivalente ou superior (certificado Oracle).
- 4.2.9.4 Serviços de migração das bases de dados Oracle do ambiente atual para o ambiente EXADATA, remunerados exclusivamente via Unidade de Serviço Técnico (UST).
- 4.2.9.5 O objetivo deste serviço é migrar os dados dos atuais bancos de dados Oracle existentes na infraestrutura computacional da CONTRANTE para o novo equipamento;
- 4.2.9.6 Para cálculo do esforço necessário para execução dos serviços, utilizar a tabela abaixo com parâmetro:
- 4.2.9.7

Ambiente	Sistemas	Tamanho do Banco
PDBPROD	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	40 TB
PDBHOM	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	3.2 TB
PDBDES	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	1.6 TB





## GOVERNO DA PARAÍBA

- 4.2.9.8 Além do tamanho da base, os seguintes itens obrigatórios devem ser avaliados para o esforço da migração: Implantação e configuração de todas as rotinas de backup das bases migradas com a solução Recovery Appliance, garantindo a integridade dos dados e a conformidade com as políticas de proteção da CONTRATANTE.
- 4.2.9.9 A migração será considerada concluída apenas após a execução do Hardening de Segurança, que incluirá obrigatoriamente:
- 4.2.9.10
- a) Assessment de Vulnerabilidades: Identificação de falhas e apresentação de plano de remediação específico para o ambiente Exadata.
  - b) Proteção de Dados (LGPD): Mapeamento e implementação de políticas de mascaramento e criptografia para dados sensíveis, com suporte nativo a dicionários em português brasileiro e inglês.
  - c) Customização: Aceitação de expressões e padrões adicionais definidos pela CONTRATANTE para identificação de dados sensíveis específicos da SEFAZ.
  - d) Relatórios: Entrega de relatório comprobatório de conformidade técnica e segurança.
- 4.2.9.11 Deverá ser realizada uma reunião de avaliação e planejamento da migração entre a equipe de profissionais da CONTRATADA e a equipe de DBAs(Administradores de Bancos de Dados) da CONTRATANTE;
- 4.2.9.12 A reunião deverá ser realizada até 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato;
- 4.2.9.13 A reunião poderá ser remota ou presencial, a critério da CONTRATANTE;
- 4.2.9.14 Caso seja remota, poderá ser realizada utilizando-se uma das ferramentas de colaboração a seguir:
- Microsoft Teams;
  - Zoom;
  - Cisco Webex;
  - Google Meet.







## GOVERNO DA PARAÍBA

- 4.2.9.15 Caso seja presencial, o local para reunião será dentro da região metropolitana da sede da CONTRATANTE.
- 4.2.9.16 Até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato a CONTRATANTE informará à CONTRATADA qual modalidade e local/plataforma da reunião;
- 4.2.9.17 Obrigatoriamente o Gerente de Projetos da CONTRATADA deverá estar presente na reunião;
- 4.2.9.18 O agendamento da reunião é de responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.2.9.19 O contato para agendamento da reunião será informado no contrato;
- 4.2.9.20 Até 05 (cinco) dias corridos após a reunião a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de migração e um Plano Detalhado de Trabalho (PDT) contendo as atividades a serem realizadas;
- 4.2.9.21 O cronograma e o PDT deverão ser entregues no formato digital (PDF, DOC, DOCX, XLS ou XLSX) através de e-mail;
- 4.2.9.22 O cronograma deverá conter, no mínimo, em cada atividade:
- Descrição;
  - Responsável pela execução;
  - Data de início;
  - Prazo para execução;
  - Interdependências com outra(s) atividade(s).
- 4.2.9.23 O PDT deverá conter a estratégia de migração com seus respectivos passos/etapas com descrição clara da estratégia e descrever detalhadamente cada atividade a ser realizada;
- 4.2.9.24 O PDT deverá conter classificação de risco para cada atividade. A classificação deverá:
- a. descrever o risco;
  - b. estimar a probabilidade de ocorrência (e.g. alta, média e baixa);
  - c. estimar o impacto, caso se materialize em um evento (e.g. alto, médio e baixo);
  - d. estimar o risco, como função da probabilidade e do impacto (e.g. alto, médio e baixo);





## GOVERNO DA PARAÍBA

- e. definir as ações necessárias para mitigar a probabilidade de ocorrência ou o impacto, caso se concretize;
- f. definir os responsáveis por cada ação de mitigação.

- 4.2.9.25 Após a entrega do PDT, a CONTRATANTE terá 2 (dois) dias úteis para aprová-lo e caso não se manifeste dentro do prazo o PDT será tido como aprovado;
- 4.2.9.26 Caso o PDT seja aprovado, a CONTRATADA poderá dar início às atividades em data e horário a ser acordado entre as partes;
- 4.2.9.27 Caso o PDT não seja aprovado, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para ajustá-lo;
- 4.2.9.28 Este serviço considera a migração de aproximadamente 44,8 TB (Quarenta e quatro vírgula oito terabytes) de dados de versões de Bancos Oracle 19c e anteriores (12.1) rodando em plataforma Red Hat Enterprise Linux para o Oracle Exadata;
- 4.2.9.29 A CONTRATADA deverá validar o Oracle Exadata para receber os dados, validando o armazenamento, a rede, permissões de acesso e outros componentes conforme necessário;
- 4.2.9.30 A CONTRATADA deverá garantir que a migração ocorra com o mínimo de downtime, ou seja, com o mínimo de interrupção do funcionamento das aplicações que acessam o Banco de Dados Oracle, de forma planejada junto com a CONTRATANTE;
- 4.2.9.31 A CONTRATADA deverá realizar ao menos um teste de migração para validação da metodologia escolhida e dimensionamento de prazos para migração real;
- 4.2.9.32 O teste de migração deverá ser realizado com mínimo impacto na produção, em dia e horário definidos pela CONTRATANTE;
- 4.2.9.33 Antes de iniciar o teste de migração é mandatório que a CONTRATADA realize backup completo do banco de dados na plataforma atual para garantir a integridade dos dados e fornecer um ponto de recuperação no caso de problemas durante o teste;





## GOVERNO DA PARAÍBA

- 4.2.9.34 Antes da migração real é mandatório que a CONTRATADA realize backup completo do banco de dados na plataforma atual para garantir a integridade dos dados e fornecer um ponto de recuperação no caso de problemas durante a migração;
- 4.2.9.35 A CONTRATADA deverá transformar os dados, conforme necessário, para atender aos requisitos da nova plataforma;
- 4.2.9.36 A CONTRATADA realizará a configuração do ambiente no Oracle Exadata para refletir as configurações e requisitos dos bancos de dados atuais. Isso inclui, mas não se limita, a configuração de parâmetros do Oracle Database, table spaces, usuários e outros objetos de banco de dados;
- 4.2.9.37 A CONTRATADA realizará a atualização de estatísticas e recriação de índices no Oracle Exadata para otimizar o desempenho do banco de dados na nova plataforma (caso seja necessário);
- 4.2.9.38 A CONTRATADA com apoio da CONTRATANTE realizará testes finais como acesso ao banco através de diferentes métodos e aplicações no sentido de garantir o perfeito funcionamento da solução após migração.
- 4.2.9.39 O processo de migração deverá ser documentado e a documentação gerada entregue a equipe da CONTRATANTE para validação no prazo de até 10(dez) dias após o término da migração;
- 4.2.9.40 A equipe da CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para validar a documentação gerada;
- 4.2.9.41 Caso a CONTRATANTE não se manifeste no prazo estabelecido, a documentação será tida como aprovada;
- 4.2.9.42 Caso a CONTRATANTE desaprove a documentação, a CONTRATADA terá o prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para ajustes e entrega da documentação final.





**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**CATÁLOGO DE SERVIÇOS**

1. Desenvolver, manter e documentar políticas de backup e restore para Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs), garantindo que sejam absorvidas pelo serviço de Operação/Produção. Isso inclui a criação e implementação de uma política de backup abrangente para todas as bases de dados, bem como a gestão de backup desde a criação e análise até o restore, com a execução de testes periódicos para garantir a recuperação dos backups.
2. Auxílio em atividades de manutenção referente a banco de dados, tais como: transferência e movimentação de instâncias e bases de dados Oracle entre servidores e/ou plataformas, bem como a transição de sistemas entre ambientes de banco de dados Oracle;
3. Construção e manutenção de toda a documentação de banco de dados (processos, produtos e arquitetura);
4. Elaboração de scripts para criação e/ou alteração física das bases de dados e de objetos;
5. Melhoria de consultas por meio da criação de objetos específicos ou pela alteração de SQL's;
6. Criação de rotinas para correção, importação, exportação e/ou movimentação/transferência de dados em ambientes Oracle, utilizando as linguagens procedurais nativas deste SGBD (PL/SQL) ou extensões a elas, tais como Java, Python ou C;
7. Monitoramento dos bancos de dados, clusters e servidores;
8. Gestão de permissões de acesso ao banco de dados;
9. Aplicação de patches / atualizações aplicadas nos SGBD's e no Exadata;
10. Execução de rollup em ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
11. Realização de manutenções preventivas e corretivas do banco de dados (serviços e instâncias);
12. Manutenção corretiva do banco de dados com recuperação de backup (serviços, instâncias, estruturas de dados);
13. Gerenciamento e monitoramento dos SGBD's. Além do tratamento de incidentes, cabe a este serviço a comunicação do incidente ao Service Desk para relato de indisponibilidades e abertura formal do incidente;
14. Investigação de incidentes e fornecimento de suporte relacionados aos bancos de dados;





## GOVERNO DA PARAÍBA

15. Registro da abertura de chamados junto a fornecedores/garantidores e da resolução dos incidentes para a área de gestão de incidentes ou através da Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de TI (ITSM);
16. Monitorar, otimizar o desempenho e analisar a capacidade física e a disponibilidade dos bancos de dados, realizando o tuning das bases a partir dos dados levantados nessas análises de desempenho dos SGBDs.
17. Monitoramento do uso, volume de transações, tempo de resposta, nível de concorrência, entre outros;
18. Verificar o tempo de resposta das consultas via SQL e sugerir melhorias para aumento de desempenho dos SGBD's. Gerar relatórios e gráficos de desempenho e tempo de resposta;
19. Armazenamento dos logs resultantes do processo de monitoramento dos serviços de banco de dados;
20. Definição de triggers para a geração de eventos de alerta sobre aspectos relacionados à performance ou integridade do banco;
21. Elaboração de projeção de crescimento dos bancos de dados, insumo fundamental para o planejamento das aquisições de equipamentos de processamento e armazenamento de dados;
22. Administração dos objetos de banco de dados, tais como, índices, tabelas, views, constraints, sequências, snapshots, packages, stored procedures e locks, para controle e segurança de sua utilização;
23. Elaboração de relatórios indicando potenciais gargalos de desempenho dos modelos de dados e/ou nas aplicações que estejam onerando a capacidade de processamento / armazenamento dos servidores de bancos de dados;
24. Elaboração de recomendações relacionadas ao desempenho e eficiência dos dados armazenados, tais como uso eficiente de índices, utilização de recursos como consultas paralelas (parallel query) ou outras funcionalidades específicas dos SGBD's;





GOVERNO  
DA PARAÍBA

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**LISTA DE SERVIÇOS ORIENTADO A ENTREGÁVEIS**

CATEGORIA	ITEM	ENTREGÁVEL	USTs
1. INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	Instalação e configuração de Banco de Dados Oracle (Instância ou Nó)	Ambiente Oracle instalado e configurado, com relatório de implantação e testes de conexão validados	6,00
	Instalação e configuração do Real Application Cluster - RAC (Instância ou Nó)	Cluster RAC operacional, com certificação de funcionamento e relatório de teste de carga	6,00
	Instalação e configuração Option - Oracle Advanced Security	Módulo de segurança implementado, com documentação de configuração e teste de criptografia aprovado	6,00
	Instalação e configuração Option - Oracle Data Masking	Solução de mascaramento configurada, com relatório de dados anonimizados validados	8,00
	Instalação e configuração Option - Oracle Partitioning	Particionamento implementado, com documentação técnica e teste de performance	4,00
	Instalação e configuração Option - Oracle Label Security	Segurança por rótulos configurada, com política de acesso documentada e validada	4,00
	Instalação e configuração VM Cluster (Instância ou Nó)	Cluster virtualizado operacional, com relatório de provisionamento e teste de migração	6,00
	Instalação e configuração OEM (Enterprise Manager)	Console de gerenciamento instalado, com relatório de configuração e teste de monitoramento	8,00
	Instalação e configuração do Exadata Software (Instância ou Nó)	Software Exadata instalado, com documentação de configuração e teste de integração	8,00
	Instalação de Servidor de Aplicação Weblogic para OEM Grid Control (Instância ou Nó)	Ambiente Weblogic configurado, com relatório de instalação e teste de conexão com OEM	8,00
	Instalação de Servidor de Aplicação Weblogic (Instância ou Nó)	Servidor Weblogic operacional, com documentação de configuração e teste de deploy	8,00
	Instalação do Oracle Automatic Storage Management (ASM) (Instância ou Nó)	ASM configurado, com relatório de implantação e teste de alocação de storage	3,00
	Instalação do Agent OEM (Instância ou Nó)	Agente instalado e integrado, com relatório de configuração e teste de monitoramento	4,00
	Instalação de Oracle Data Guard ou Oracle Active Data Guard	Solução de DR implementada, com relatório de configuração e teste de replicação	4,00

Instalação de Banco de Dados MySQL, SQL Server, PostgreSQL e/ou MongoDB	Banco de dados instalado e configurado, com relatório de implantação e teste de conexão	4,00
Instalação do GoldenGate (Instância ou Nó)	GoldenGate operacional, com documentação de configuração e teste de replicação	5,00





## GOVERNO DA PARAÍBA

2. ATUALIZAÇÃO	Atualização de versão de OEM (Enterprise Manager)	Ambiente atualizado, com relatório de upgrade e teste de retrocompatibilidade	8,00
	Atualização de versão de Banco de Dados Oracle (Instância ou Nó)	Banco atualizado, com documentação de migração e teste de performance	8,00
	Atualização de versão do Oracle Exadata (Instância ou Nó)	Exadata atualizado, com relatório de implantação e teste de estabilidade	8,00
3. REVISÃO E OTIMIZAÇÃO	Revisão de configuração de ambiente Oracle Database	Relatório de auditoria com recomendações de ajustes implementados	2,00
	Revisão de performance de ambiente Oracle Database	Relatório de benchmarks com plano de otimização executado	2,00
	Revisão de segurança de ambiente Oracle Database	Relatório de vulnerabilidades com ações corretivas implementadas	2,00
	Revisão de políticas de backup de ambiente Oracle Database	Documento de políticas revisado com teste de restore validado	2,00
	Revisão de configuração de ambiente Oracle Exadata	Relatório técnico com configurações ajustadas e validadas	6,00
	Revisão de performance de ambiente Oracle Exadata	Análise de performance com otimizações implementadas e testadas	8,00
	Revisão de segurança de ambiente Oracle Exadata	Relatório de hardening com configurações de segurança aplicadas	8,00
	Verificação de disponibilidade (sizing) do banco de dados para novos sistemas	Documento de políticas revisado com teste de restore validado	6,00
4. BACKUP E RECUPERAÇÃO	Implementação de Política de Backup	Política implementada e teste de restore realizado	20,00
5. APLICAÇÃO DE PATCHES	Aplicação de Patches em ambiente de Máquina Virtual/Sistema Operacional (Máquina, Instância ou Nó)	Patches aplicados com registro de atualização e teste de estabilidade	8,00
	Aplicação de Patches em ambiente de Exadata (Instância ou Nó)	Atualização implementada com relatório de aplicação e validação	8,00
	Aplicação de Patches em ambiente de Banco de Dados (Instância ou Nó)	Correções aplicadas com documentação técnica e teste de consistência	8,00
6. TESTES E MOVIMENTAÇÃO DE INSTÂNCIAS ORACLE	Teste de Performance e Carga - Real Application Testing	Relatório de teste de carga com análise de performance e identificação de gargalos.	16,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database até 1TB	Transferência concluída com relatório de integridade e validação de conectividade.	8,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 1TB e 5TB	Processo documentado com validação de dados e performance no ambiente de destino.	10,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 5TB e 10TB	Movimentação realizada com plano de contingência e relatório de corte (cutover).	16,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 10TB e 20TB	Transferência concluída com documentação técnica e testes de estresse.	22,00





## GOVERNO DA PARAÍBA

	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 20TB e 30TB	Movimentação executada com relatório detalhado e validação completa dos objetos.	28,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 30TB e 40TB	Processo completo com auditoria de dados, performance e validação de segurança.	34,00
	Transferência e Movimentação Oracle Database entre 40TB e 50TB	Transferência finalizada com documento de transição e testes de carga pós-migração.	40,00
	Movimentação de Objetos de Dados (Esquema, usuário ou sistema)	Dados transferidos com mapeamento de origens e relatório de consistência.	8,00
	Migração de Banco de Dados Heterogêneo (Outras tecnologias para Oracle)	Conversão realizada com documentação de transformação e teste de integridade.	36,00
7. CONFIGURAÇÃO DE AMBIENTE	Configuração de rede simples	Rede configurada com diagrama topológico e teste de conectividade	2,00
	Configuração Oracle Enterprise Manager Database Console (Instância ou Nó)	Console operacional com relatório de configuração e teste de monitoramento	3,00
	Configuração Parâmetros do Sistema Operacional	Parâmetros ajustados com documentação técnica e teste de performance	3,00
	Configuração Patch (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	Ambiente atualizado com registro de patches e teste de estabilidade	3,00
	Configuração do Oracle RAC para Alta Disponibilidade	Cluster configurado para HA com teste de failover automatizado	4,00
	Criação de DiskGroups (ASM) (Instância ou Nó)	DiskGroups criados com documentação de alocação e teste de acesso	3,00
	Configuração do ASM (Instância ou Nó)	ASM configurado com relatório técnico e teste de redundância	4,00
	Configuração da Clusterização de Weblogic (Instância)	Cluster Weblogic operacional com teste de balanceamento de carga	6,00
	Configuração Data Guard Broker (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	Broker configurado com relatório de sincronização e teste de replicação	8,00
	Configuração Fast-Start-Failover (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	Failover automatizado implementado com teste de contingência	8,00
	Configuração Active Data Guard (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	ADG configurado com relatório de operação e teste de leitura	4,00
	Configuração do Oracle Data Guard (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	Data Guard implementado com documentação técnica e teste de DR	4,00
	Configuração Oracle Enterprise Grid Control (Instância ou Nó)	Grid Control operacional com relatório de configuração e teste de monitoramento	8,00
	Configuração da Console de Gerenciamento do Banco de Dados (Instância ou Nó)	Console configurado com documentação de acesso e teste de funções	4,00
	Configuração Parâmetros do Sistema Operacional (Instância, Nó, dispositivo ou Máquina Virtual)	Parâmetros ajustados com relatório técnico e teste de performance	2,00







## GOVERNO DA PARAÍBA

	Desenho e Planejamento de Suportabilidade de Exadata	Documento de arquitetura com requisitos técnicos e plano de capacidade	20,00
	Configuração de Performance e Tuning (OLTP, OLAP) (Ambiente)	Ambiente otimizado com relatório de benchmarks e ajustes implementados	24,00
8. OPERAÇÕES DE BANCO DE DADOS	Permissões de Objetos (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Permissões aplicadas com relatório de acesso e teste de validação	0,50
	Habilitar Constraints de Referência (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Constraints habilitadas com documentação de dependências e teste de integridade	0,50
	Alteração de tabela (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Tabela modificada com script de alteração e teste de consistência	0,50
	Criação das tablespaces (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Tablespaces criadas com script de criação e teste de alocação	0,50
	Criação dos usuários (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Usuários criados com matriz de permissões e teste de acesso	0,50
	Criação das roles de acessos (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Roles configuradas com documentação de privilégios e teste de aplicação	0,50
	Criação dos objetos (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Objetos criados com scripts DDL e teste de funcionamento	0,50
	Alteração de Tipos de Dados/Colunas (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Estrutura modificada com script de alteração e teste de dados	0,50
	Desabilitar as constraints do esquema (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Constraints desabilitadas com relatório de impacto e teste de transação	0,50





## GOVERNO DA PARAÍBA

	Criação de regras de transformação e carga dos dados (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Regras implementadas com documentação ETL e teste de transformação	0,50
	Execução da sincronia (tablespace, schema, table, usuário, role, permissão, sequence, view, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou índices)	Sincronia realizada com relatório de execução e teste de consistência	0,50
9. PROJETOS E DOCUMENTAÇÃO	Elaborar projeto de Arquitetura (Plano de Projeto)	Documento de arquitetura aprovado com diagramas e especificações técnicas	80,00
	Elaborar Plano de Adoção da Arquitetura (Plano de Adoção de Arquitetura)	Roadmap de implementação com cronograma e marcos validados	80,00
	Analisar arquitetura existente (Relatório de análise e diagnóstico de arquitetura)	Diagnóstico técnico com gap analysis e recomendações	80,00
	Desenhar arquitetura (Documento de Arquitetura)	Projeto técnico detalhado com modelos conceituais e lógicos	80,00
	Definir projeto piloto para validar arquitetura (Documento de projeto piloto de arquitetura contendo o projeto, seu escopo e a arquitetura de projeto)	Documento de piloto com escopo, métricas e plano de testes	40,00
	Acompanhar implementação projeto piloto (Relatório de mentoria)	Relatório de acompanhamento com lições aprendidas e ajustes	40,00
	Elaborar políticas de backup e restore dos SGBD's (Relatório de política de backup)	Política criada e documentada com procedimentos de backup e testes de recuperação	40,00
	Elaborar relatório de projeção de crescimento dos Bancos de Dados (Relatório de crescimento e projeção)	Estudo de capacidade com projeções e recomendações	40,00
	Levantamento de Requisitos de Projeto de Banco de Dados (Aplicativo/Esquema/Banco de Dados)	Documento de requisitos com casos de uso e especificações	40,00
	Elaborar modelo de dados analítico com dicionário de dados (conceitual, lógico)	Modelo conceitual e dicionário de dados homologado	20,00
	Gerar novo modelo de dados físico. (Aplicativo/Esquema/Banco de Dados)	Modelo físico implementado com scripts DDL	20,00





## GOVERNO DA PARAÍBA

Elaborar dicionário de dados de todos os itens gerados como tabelas, colunas, partições, visões, chaves (estrangeiras, primárias, relações, cardinalidades), tipos e demais objetos que compõem o dicionário de dados (Aplicativo/Esquema/Banco de Dados)	Dicionário completo com metadados e relacionamentos	40,00
Elaborar o plano de carga de dados com periodicidade, fluxo de precedência do ETL com as origens ou fontes de dados, transformações (resumo rápido) e destino dos dados (Aplicativo/Esquema/Banco de Dados)	Fluxo ETL documentado com regras de transformação	40,00
Gerar os scripts DDL a partir do modelo físico de dados: Gerar, com a ferramenta de modelagem, para criação dos esquemas, contemplando os objetos necessários à implantação do banco de dados (Modelo de Dados Analítico e Dicionário de Dados)	Scripts de criação gerados e validados	8,00
Criação de scripts em linguagem SQL para execução no banco de dados (Scripts ou entidade de negócio)	Scripts desenvolvidos com documentação técnica	8,00
Execução de scripts em linguagem SQL no banco de dados (Scripts ou entidade de negócio)	Scripts executados com relatório de resultados	2,00
Criação de table, users, roles, permissions, sequences, views, procedures, keys, constraints, triggers, e/ou indexes via PL/SQL no banco de dados (Scripts ou entidade de negócio)	Objetos criados com código fonte documentado	2,00
Verificação e correção em scripts desenvolvidos em linguagem SQL para execução no banco de dados, com a verificação de performance e uso de melhores práticas (Scripts ou entidade de negócio)	Scripts revisados com relatório de otimização	8,00
Elaborar ou alterar scripts DDL de criação de visões e ou visões materializadas para implementação de objetos complementares do esquema/banco de dados (Scripts ou entidade de negócio)	Visões criadas/alteradas com documentação de impacto	12,00





## GOVERNO DA PARAÍBA

	Elaborar o dimensionamento de volume de dados para a carga inicial e crescimento do banco de dados, com base nas estruturas do projeto físico, volumes de dados nas fontes e nos destinos (Aplicativo/Esquema/Banco de Dados)	Estudo de volumetria com projeções de crescimento	16,00
	Elaborar ou alterar scripts DDL de criação de visões e ou visões materializadas para implementação de objetos complementares do esquema/banco de dados (Scripts ou entidade de negócio)	Visões atualizadas com relatório de performance	12,00
	Elaborar os critérios, regras e processos de tratamento de problemas de qualidade de dados de acordo com as regras estabelecidas no projeto lógico (Modelo de Dados Analítico e Dicionário de Dados)	Política de qualidade com regras e processos	16,00
10. SUPORTE	Operação assistida e monitoramento em atividades críticas (uma hora de serviço técnico)	Relatório de intervenção com ações corretivas	1,00
	Sustentação, operação e monitoramento em atividades de bancos de dados (uma hora de serviço técnico)	Relatório mensal de operação com indicadores	1,00
	Projetos relacionados a bancos de dados (uma hora de serviço técnico)	Documentação técnica do projeto entregue	1,00
	Atividade técnica especializada executada por especialista (uma hora de serviço técnico)	Solução técnica implementada com relatório detalhado	2,00
	Acompanhamento go-live de 05 dias úteis	Relatório diário de operação pós-implantação	40,00





## ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob número \_\_\_\_\_ por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, através do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba — SEFAZ/PB, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da **SEFAZ/PB**, que podem e devem ser conceituadas como sigilo fiscal ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da SEFAZ/PB, terceirizados e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da **SEFAZ/PB** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas ao sigilo fiscal que a **SEFAZ/PB** deve observar, por imposição legal;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de arrecadação, de contribuintes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas ou de propriedade da SEFAZ/PB e outros, bem como estruturas lógicas e físicas dos equipamentos de Tecnologia da Informação - TI;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Outros documentos e informações porventura conhecidos durante a execução dos serviços.





### CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da **SEFAZ/PB** a tratá-la diferentemente.

Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da **SEFAZ/PB** poderá ser interpretada como liberação e qualquer dos compromissos ora assumidos.

### CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato, para imediata devolução à SEFAZ/PB, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a esta relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pela **SEFAZ/PB**.

### Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente à SEFAZ/PB qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

### CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

### CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e a **SEFAZ/PB** e abrangem as informações





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

presentes ou futuras, tudo em conformidade com o artigo 198 da lei federal 5.172/66 e do Decreto Estadual nº 33.050, de 25.06.2012.

**CLÁUSULA OITAVA**

O foro para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo é o da Seção Judiciária de JOÃO PESSOA/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa (PB), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_





## ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE CIÊNCIA

#### INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento do termo de confidencialidade e sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO

**CONTRATO Nº** xxxx/aaaa

**OBJETO** <objeto do contrato>

**CONTRATADA** <nome da contratada>

**CNPJ** xxxxxxxxxxxx

**PREPOSTO** <Nome do Preposto da Contratada>

**GESTOR DO CONTRATO** <Nome do Gestor do Contrato>

**MATR.** xxxxxxxxxxxx

#### 2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Confidencialidade e Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.







GOVERNO  
DA PARAÍBA

João Pessoa (PB), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Funcionários da Contratada

Nome	Matrícula	Assinatura
------	-----------	------------

<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
-----------------------------	--------------	--

<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
-----------------------------	--------------	--

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.





**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.000.600057.2026

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O  
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ E A  
EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 20.000.600057.2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 086/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS DE ALTO DESEMPENHO, INCLUINDO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EM REGIME PERPÉTUO, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, E SUPORTE TÉCNICO COM ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, VISANDO A CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO AMBIENTE DE BANCO DE DADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensalContratado> (<ValorMensalContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, nos casos em que couber.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e



utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato;
- 9.24. Realizar a transição contratual conforme previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato;
- 9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de





guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor {Inicial\_Total\_Anual} do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato\_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:





- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
  - 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
  - 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.



(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.



13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 20902

II) Fonte de Recursos: 500

III) Programa de Trabalho: 5292.4621.0000287

IV) Elemento de Despesa: 33904000. (Item 2 ao 11 – Serviços) e 44905200. (Item 1 – Equipamento)

V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.



**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>  
{Orgao}

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>  
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Marca/modelo/procedência	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:  
por extenso:

Valor global da proposta

Alíquota de ISS:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

---

Assinatura do Representante Legal  
(Cargo/RG/CPF)

Observação:



*Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;*

*No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;*





## **ANEXO IV**

### **Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco**

#### **DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n º \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, ViceGovernador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

**ANEXO V****Planilha de Custos e Formação de Preço**

	<b>Descrição</b>	<b>Percentual sobre o valor da proposta</b>	<b>Valor R\$</b>
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
<b>TOTAL DO CONTRATO</b>		<b>100 %</b>	

**Orientações para o preenchimento da planilha:**

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada:** relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos:** relacionar o que compõe a conta.

**Tributos:** Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

**Simples Nacional:** indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

**Local, dia, mês e ano.**  
**assinatura**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A Secretaria identificou a necessidade de modernizar e consolidar o ecossistema de dados da SEFAZ-PB, atualmente fragmentado em duas plataformas distintas e volumosas: uma base de dados Oracle (aprox. 40 TB) e uma base Informix (aprox. 30 TB). Este cenário de heterogeneidade tecnológica resulta em elevados custos de manutenção, dada a duplicidade de infraestrutura física, licenciamento e suporte. Além disso, a complexidade de gestão e a necessidade de mão de obra especializada em diferentes tecnologias elevam o risco à continuidade operacional.

Diante do crescimento exponencial dos dados, torna-se imperativa a adoção de uma infraestrutura robusta, capaz de garantir alta disponibilidade e performance para as aplicações de missão crítica (arrecadação de tributos, declarações fiscais e fiscalização), cuja indisponibilidade acarreta prejuízos diretos ao erário estadual. O objetivo é assegurar uma transição técnica planejada, segura e otimizada, estabelecendo uma plataforma de dados unificada, eficiente e de alta escalabilidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado em conformidade com o art. 10º do Decreto Estadual nº 46.187/2025 e a Lei nº 14.133/2021, visando a detalhar a necessidade e a viabilidade da contratação de uma solução de infraestrutura de banco de dados para a Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB). O presente documento serve como instrumento de planejamento para a referida contratação, aprofundando os elementos já formalizados no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e fornecendo a base técnica para as etapas subsequentes do processo licitatório.

Conforme o art. 6º, inciso XX da Lei nº 14.133/2021, o ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação. Ele caracteriza o interesse público envolvido e sua melhor solução, servindo de base para o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico. Este ETP visa a consolidar a análise sobre a necessidade de modernização da infraestrutura de banco de dados da SEFAZ-PB, demonstrando a importância de uma decisão informada e estratégica para o uso eficiente dos recursos públicos.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





## 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade desta contratação fundamenta-se na urgência de modernização, consolidação tecnológica e sustentação do ambiente de banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB). Atualmente, as aplicações críticas da SEFAZ-PB operam de forma fragmentada em duas bases de dados distintas e independentes: uma em Informix e outra em Oracle. Esta arquitetura dual, embora funcional no passado, atingiu o limite de sua eficiência operacional, gerando alta complexidade de gestão e elevados custos de manutenção.

A contratação justifica-se como o alicerce tecnológico necessário para unificar essas bases em uma plataforma única de alto processamento e disponibilidade. Assim sendo indispensável para garantir a continuidade dos serviços fiscais e a evolução da capacidade analítica e arrecadatória do Estado.

### Cenário Atual e Risco Operacional

As aplicações críticas da SEFAZ-PB operam atualmente sobre duas plataformas de banco de dados distintas: Oracle (40 TB) e Informix (30+ TB), totalizando aproximadamente 70 TB de dados críticos em crescimento exponencial.

A manutenção e escalabilidade de ambientes heterogêneos impõem um custo oneroso e crescente, devido à duplicação de infraestrutura (processamento, memória e armazenamento) e à necessidade contínua de contratação de licenças e suporte para duas tecnologias.

A gestão de duas plataformas distintas exige mão de obra especializada em diferentes SGBDs, gerando complexidade e elevando o risco operacional e a indisponibilidade, o que pode afetar diretamente a arrecadação e as obrigações do Estado.

### O Desafio da Heterogeneidade e do Crescimento de Dados

O crescimento contínuo do volume de dados em ambas as bases (totalizando aproximadamente 70 TB) impõe uma pressão crítica sobre os recursos de processamento, memória e armazenamento. A manutenção de dois ambientes heterogêneos (Oracle e Informix) em infraestruturas legadas resulta em:

- **Custos Operacionais Elevados:** Necessidade de sustentar contratos de manutenção e suporte para pilhas tecnológicas distintas, dificultando a economia de escala;
- **Complexidade de Gestão:** Exigência de equipes com expertises diversas e fragmentação dos processos críticos de backup, alta disponibilidade e segurança;

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- **Gargalos de Performance:** A infraestrutura atual encontra-se no limite de sua capacidade exequível, gerando riscos de indisponibilidade para os serviços fazendários.

### Justificativa da Solução Integrada (Hardware + Licenciamento Novo)

A estratégia de consolidação exige uma plataforma de infraestrutura de alto desempenho, capaz de suportar o volume de dados projetado (70+ TB) e as exigências de missão crítica. A solução proposta foca na união do hardware de última geração com o licenciamento necessário para sua operação imediata:

#### A. Necessidade de Hardware e Licenças Novas (Capacidade e Ativação)

A contratação de novas licenças em conjunto com o hardware é tecnicamente indispensável por dois motivos principais:

- **Ativação de Cores:** As licenças são essenciais para habilitar o poder de processamento do novo hardware, permitindo que a infraestrutura opere na capacidade dimensionada para o projeto.
- **Expansão da Base Consolidada:** O licenciamento adicional cobre o aumento de demanda gerado pela unificação das bases de dados, garantindo que o ambiente esteja em conformidade legal e técnica desde o primeiro dia de operação.

#### B. Sinergia entre Infraestrutura e Licenciamento

O agrupamento do hardware com o licenciamento novo visa garantir que o ativo de infraestrutura não fique ocioso por falta de autorização de uso (licenças). Essa integração assegura a prontidão tecnológica do ambiente, permitindo que o objeto das contratações correlatas/interdependentes, a serem realizadas em processos administrativos distintos, encontrem uma plataforma devidamente licenciada e pronta para receber as cargas de trabalho.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução a ser contratada deverá atender a requisitos mínimos essenciais para a sustentação das operações críticas da SEFAZ-PB, garantindo performance, disponibilidade, segurança e escalabilidade. Os principais requisitos incluem:

- **Padrões de Qualidade e Desempenho (Sinergia de Engenharia):** A solução deve ser do tipo *Engineered System*, provendo altíssimo desempenho para processamento de transações (OLTP) e consultas analíticas complexas (OLAP) sobre a base consolidada de 70+ TB. Exige-se baixa latência de I/O e alta taxa de transferência, garantindo que o hardware e o software operem de forma integrada para suportar o crescimento transacional projetado.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- **Natureza do Licenciamento (Processor Perpetual):** Como requisito de segurança patrimonial e continuidade do Estado, o licenciamento de software deve ser na modalidade **Perpétua por Processador**. Isso garante o direito de uso definitivo (Ativo Intangível), mitigando riscos de interrupção operacional por expiração de prazos contratuais de subscrição.
- **Sustentabilidade e Eficiência:** A solução deve promover a consolidação de ambientes, reduzindo a pegada física no Datacenter. Ao unificar bases Oracle e Informix em um único *Appliance*, a SEFAZ-PB busca a redução do consumo de energia, menor exigência de refrigeração e otimização do espaço, alinhando-se ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- **Não Caracterização como Bem de Luxo:** Conforme exigido pela legislação vigente, declara-se que o objeto (Exadata X11M e licenças Processor Perpetual) não se enquadra como bem de luxo. Trata-se de infraestrutura de **Missão Crítica**, essencial para a arrecadação tributária e fiscalização estadual. A escolha baseia-se em critérios técnicos de performance e TCO (*Total Cost of Ownership*), sendo a ferramenta estritamente necessária para evitar o colapso do processamento de dados fiscais frente ao volume atual.
- **Indicação de Marca e Padronização (Oracle/Exadata):** A indicação da marca Oracle/Exadata fundamenta-se no **Art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021** e no **Decreto Estadual nº 46.187/2025**. A justificativa reside na:
  1. **Compatibilidade:** Necessidade de manter a operação dos sistemas ATF, eProcesso, eProfisco, entre outros, já homologados para esta tecnologia.
  2. **Padronização:** Redução da complexidade gerencial e dos riscos de migração para plataformas desconhecidas. (*Os detalhes técnicos serão expandidos no Termo de Justificativas Relevantes - TJR*).
- **Transferência de Conhecimento (Knowledge Transfer):** O projeto deve prever o repasse de conhecimento técnico para a equipe da SEFAZ-PB, garantindo que os DBAs internos estejam aptos a realizar o monitoramento e a administração básica da nova infraestrutura.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO PARA SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS (HARDWARE E LICENCIAMENTO NOVO)

O levantamento de mercado analisou as alternativas tecnológicas para atender à crescente demanda por processamento e armazenamento da SEFAZ-PB, bem como a necessidade estratégica de consolidação das plataformas de SGBD. A solução proposta — fornecimento do *Appliance* Oracle Exadata X11M e do pacote de software Oracle Database Enterprise Edition com suas funcionalidades avançadas — foi identificada como a mais adequada com base nos seguintes vetores:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- **Otimização e Exclusividade (Engineered Systems):** O Exadata é o único hardware do mercado projetado e otimizado especificamente para executar o SGBD Oracle com máxima performance. Ele integra, de forma nativa, recursos de computação, armazenamento e rede (*InfiniBand/RoCE*), criando uma sinergia técnica inalcançável por servidores de propósito geral (*commodity*). Esta integração é o diferencial crítico para viabilizar a unificação das bases Informix e Oracle sem perda de desempenho.
- **Inexistência de Soluções Equivalentes:** Não foram identificadas no mercado soluções integradas que ofereçam o mesmo nível de escalabilidade, segurança e otimização para o ecossistema Oracle. Alternativas baseadas em montagens heterogêneas (servidores de um fabricante e armazenamento de outro) imporiam maior complexidade de integração, elevados riscos de performance e dificuldades no suporte técnico (*multi-vendor support*), resultando em custos operacionais superiores no longo prazo.
- **Economicidade e Ganho de Escala:** A centralização em uma plataforma de alta densidade reduz a fragmentação da infraestrutura, simplifica a gestão de licenciamento e consolida a manutenção. Isso gera uma economia de escala direta, tanto na aquisição quanto na sustentação do ambiente ao longo do seu ciclo de vida.
- **Superioridade do Modelo de Contratação (CAPEX):** A análise demonstrou que a contratação da solução (Licenciamento **Processor Perpetual**) é superior à locação ou subscrição. Considerando a natureza estratégica e a perenidade dos dados fazendários, a posse do ativo e das licenças permanentes confere estabilidade institucional e segurança jurídica, eliminando a dependência contínua de contratos de aluguel e garantindo um menor Custo Total de Propriedade (TCO) ao longo do tempo.

#### 4.1 SOLUÇÕES DISPONÍVEIS PARA SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS (HARDWARE E LICENCIAMENTO NOVO)

Foram analisadas as seguintes soluções:

- **Solução 1:** Contratação de *Appliance* de Banco de Dados (Oracle Exadata) no modelo Tradicional (*On-Premise*).
- **Solução 2:** Contratação de infraestrutura como serviço dedicada no Data Center do cliente (Oracle Exadata *Cloud at Customer* - ExaCC).
- **Solução 3:** Migração e hospedagem em Nuvem Pública de terceiros (Ex: Amazon Web Services - AWS).

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







## 4.2 Descrição e Análise das Alternativas

### 4.2.1. Solução 1: Oracle Exadata On-Premise

Trata-se da Contratação perpétua do hardware e licenças de software de infraestrutura, instalados diretamente no Data Center da organização. A administração é realizada inteiramente pela equipe técnica interna (ou terceirizada sob gestão direta), garantindo total isolamento e controle.

- **Vantagens:**

- **Latência Mínima:** Garante a menor latência possível de rede, visto que a aplicação e o banco de dados residem na mesma infraestrutura física (LAN), essencial para sistemas críticos de alta transacionalidade.
- **Otimização de Licenciamento:** Aproveitamento do parque atual de licenças perpétuas de banco de dados Oracle já adquiridas pela Administração, sem custos adicionais de conversão ou penalidades de *Core Factor*.
- **Soberania e Segurança de Dados:** Total controle sobre os dados, sem necessidade de conexões externas para gerenciamento pelo fabricante, atendendo a requisitos estritos de segurança e *Air-Gap* (isolamento de rede).
- **Previsibilidade Orçamentária:** Modelo CAPEX (Investimento). O custo é fixo na contratação, sem variações mensais atreladas a consumo ou oscilação cambial (dólar) frequente, facilitando a gestão orçamentária pública plurianual.

- **Desvantagens:**

- **Gestão de Data Center:** Necessidade de espaço físico, energia elétrica e refrigeração sob responsabilidade da Administração.
- **Obsolescência:** O hardware deprecia ao longo do tempo, exigindo planejamento de renovação tecnológica (geralmente a cada 5-7 anos).

### 4.2.2. Solução 2: Oracle Exadata Cloud at Customer (ExaCC)

Neste modelo, o fabricante instala o hardware no Data Center do cliente, mas o consome como um serviço (nuvem privada/híbrida). O hardware pertence ao fabricante e é gerenciado via plano de controle na nuvem pública da Oracle.

- **Vantagens:**

- **Modelo Opex:** Pagamento por subscrição/uso, evitando grande desembolso inicial de capital.
- **Gerenciamento pelo Fabricante:** A Oracle é responsável pela manutenção da infraestrutura física e atualizações de firmware/dom0.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







- **Flexibilidade:** Possibilidade de escalar o consumo de CPUs (dentro dos limites do rack) conforme a demanda.
- **Desvantagens:**
  - **Dependência de Conectividade:** Exige conexão constante e obrigatória com a nuvem pública da Oracle (Cloud Control Plane) para funcionamento e tarifação. A perda de conexão pode impactar a operação ou gestão, além de abrir vetores de risco de segurança não desejados pela política interna.
  - **Complexidade Contratual:** Modelos de nuvem com cobrança variável podem gerar dificuldades no empenho e liquidação de despesas na administração pública (necessidade de créditos pré-pagos ou gestão rigorosa de consumo para não exceder o contrato).
  - **Custo Total de Propriedade (TCO) a Longo Prazo:** Em janelas superiores a 4 ou 5 anos, o custo de aluguel recorrente tende a superar o custo de contratação do ativo.

#### 4.2.3. Solução 3: Nuvem Pública (Ex: AWS - Amazon Web Services)

Migração dos bancos de dados para uma nuvem pública genérica (IaaS ou PaaS), utilizando serviços como EC2 ou RDS for Oracle.

- **Vantagens:**
  - **Elasticidade:** Capacidade quase infinita de recursos computacionais sob demanda.
  - **Eliminação de Data Center:** Fim da necessidade de gestão de espaço físico, energia e refrigeração local.
- **Desvantagens:**
  - **Penalidade de Licenciamento:** A política de licenciamento da Oracle em nuvens de terceiros (como AWS) é desfavorável. O fator de contagem de núcleos (*Core Factor*) dobra o requisito de licenças em comparação ao hardware Oracle, elevando drasticamente o custo de software.
  - **Latência de Aplicação:** Como as aplicações legadas da instituição permanecem *On-Premise*, a comunicação com o banco de dados na nuvem gera latência de rede (WAN) que pode inviabilizar a performance de sistemas sensíveis.
  - **Custos de Saída (Egress):** Cobrança variável sobre o tráfego de dados que sai da nuvem para a rede local, tornando o custo mensal imprevisível.
  - **Aprisionamento Tecnológico (Lock-in):** Dificuldade técnica e custo elevado para retirar grandes volumes de dados

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





(Terabytes/Petabytes) da nuvem caso seja necessário rescindir o contrato.

#### 4.3. QUADRO COMPARATIVO RESUMIDO

Critério	Exadata On-Premise	Exadata Cloud at Customer (ExaCC)	Nuvem Pública (AWS)
Performance (Latência)	Alta (Local)	Alta (Local)	Baixa/Média (Depende de link WAN)
Modelo de Custo	CAPEX (Contratação Única + Suporte)	OPEX (Assinatura Recorrente)	OPEX (Variável/Dólar)
Aproveitamento de Licenças	Total (Fator 0.5)	Total (BYOL)	Penalizado (Fator x2 na AWS)
Segurança/Soberania	Total (Isolado/Air-gap)	Depende de conexão externa	Dados fora do perímetro
Previsibilidade Orçamentária	Alta	Média	Baixa (Custos de Egress/Variação)
Gestão de Infraestrutura	Interna	Mista (Cliente + Oracle)	Provedor de Nuvem

#### 4.4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Com base na análise técnica e econômica detalhada, conclui-se que a solução mais aderente às necessidades da Administração e ao interesse público é a **Solução 1: Oracle Exadata On-Premise**. A escolha fundamenta-se nos seguintes pilares:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- **Necessidade do Appliance Exadata (Performance e Capacidade):** A escolha do Oracle Exadata Database Machine justifica-se por ser uma solução de engenharia integrada (Engineered System), dimensionada para atender integralmente à demanda de processamento, memória e I/O das bases unificadas (Oracle e Informix). É a única plataforma capaz de garantir os níveis de performance e disponibilidade necessários para sustentar a arrecadação do Estado sem riscos de interrupção ou latência excessiva.
- **Princípio da Economicidade e Eficiência de Licenciamento:** A SEFAZ-PB já detém um parque relevante de licenças perpétuas Oracle. A migração para nuvens públicas de terceiros (Solução 3) forçaria a adoção da política de *Authorized Cloud Environments* da fabricante, que dobra a necessidade de licenciamento para o mesmo poder computacional. O modelo *On-Premise* permite a aplicação do fator de contagem de núcleos (*Core Factor*) de **0.5**, isto é, para cada 2 núcleos do processador é necessário apenas uma licença, maximizando o investimento já realizado e reduzindo drasticamente o custo de software em comparação à nuvem.
- **Performance e Latência mandatória:** As aplicações "satélites" (ATF, eProcesso, etc.) que consomem as bases de dados estão hospedadas no Datacenter local. Manter o banco de dados na mesma topologia física (**On-Premise**) é um requisito técnico imperativo para garantir tempos de resposta em milissegundos. A latência de rede inerente ao Cenário C (WAN) prejudicaria a experiência do usuário e a performance dos processos de fiscalização em tempo real.
- **Segurança, Soberania e Independência tecnológica:** Ao contrário da **Solução 2** (ExaCC), que exige um túnel de conexão permanente com a nuvem pública do fabricante para gestão e tarifação, o modelo *On-Premise* garante operação em ambiente **totalmente isolado (Air-Gap)**. Isso alinha-se às diretrizes rigorosas de Segurança da Informação do Estado, garantindo que o controle sobre os dados fiscais seja exclusivo da SEFAZ-PB, sem dependência de links externos para o funcionamento do SGBD.
- **Sustentabilidade Econômica e Gestão de Riscos (TCO):** A análise do Custo Total de Propriedade (**TCO**) para um horizonte de 36 meses demonstra que a contratação do ativo (**CAPEX**) é financeiramente mais vantajosa para o erário. Além de gerar patrimônio para o Estado, o modelo elimina os riscos de variação cambial (dólar) e a imprevisibilidade de faturas de consumo variável (OPEX), comuns em modelos de subscrição e nuvem.

**Conclusão e Recomendação:** Diante do exposto, esta equipe técnica recomenda o prosseguimento do processo licitatório para a atualização

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





tecnológica da SEFAZ-PB por meio da contratação da **Solução 1: Oracle Exadata Database Machine no modelo On-Premise**, incluindo licenciamento perpétuo e serviços especializados, por representar a solução de menor risco técnico e maior economia global no longo prazo.

#### 4.4.1. Diretriz Estratégica: Consolidação e Padronização

- Em alinhamento com a diretriz de economicidade e simplificação da gestão de TI, a alternativa estratégica definida é a unificação das bases de dados em uma única plataforma: Oracle.
- Esta decisão é fundamentada por fatores técnicos e de mercado:
  - Continuidade: O SGBD Oracle atende a SEFAZ-PB desde 2016 e já comporta a maior base de dados (40 TB), eliminando a necessidade de migração dessa porção.
  - Compatibilidade de Aplicações: Sistemas de missão crítica (ATF, eProcesso, eProfisco, eCREF, GLME, DTe) já estão adequados para o acesso ao Oracle, evitando investimentos significativos em adaptação para outros SGBDs.
  - Mercado e Sustentação: O Oracle é o SGBD padrão para grandes bases de dados de missão crítica no setor fazendário brasileiro, garantindo maior oferta de mão de obra especializada no mercado e facilitando a cooperação técnica com outras Secretarias.

#### 4.4.2. Fatores Determinantes para a Escolha da Solução Oracle

Além da necessidade de unificação, a escolha pela plataforma Oracle fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Continuidade e Economia:** A SEFAZ-PB já possui um histórico de sucesso com o SGBD Oracle, que sustenta com estabilidade 40 TB de dados críticos desde 2016. A manutenção desta plataforma evita o "custo de substituição" (Switching Cost), que envolveria licenciamento integral e serviços de migração de altíssimo risco para a base principal;
- **Compatibilidade de Sistemas:** O ecossistema de aplicações da SEFAZ-PB (As funcionalidades do ATF que realizam operações com os XML dos documentos fiscais, eProcesso, eProfisco, eCREF, GLME, DTe) foi desenvolvido e otimizado nativamente para a arquitetura Oracle. A migração para outro SGBD exigiria a reescrita (refatoração) de milhares de linhas de código e consultas SQL, gerando um custo financeiro e um

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





cronograma de execução que inviabilizariam o projeto de modernização no curto prazo;

- **Padronização Fazendária e Cooperação Técnica:** A plataforma Oracle Database consolidou-se, ao longo dos últimos anos, como padrão tecnológico predominante nas Secretarias de Fazenda estaduais e na Receita Federal do Brasil, sendo amplamente adotada em ambientes de missão crítica, especialmente aqueles voltados à arrecadação, fiscalização e controle tributário, essa homogeneidade tecnológica, decorrente de decisões institucionais históricas e convergentes no âmbito da Administração Tributária, produz benefícios objetivos e mensuráveis, dentre os quais destacam-se: Facilidade de compartilhamento de soluções e boas práticas, viabilização de cooperação técnica interinstitucional, maior interoperabilidade entre sistemas fiscais e redução de riscos operacionais e de capacitação;
- **Missão Crítica e Arrecadação:** Trata-se de um SGBD robusto para grandes volumes, onde a alta disponibilidade é direta e proporcional à segurança da arrecadação estadual e ao cumprimento das obrigações do Estado;
- **Gestão e Mercado:** O Oracle oferece maior facilidade de administração e uma oferta de mão de obra especializada significativamente superior no mercado nacional em comparação ao Informix.

#### 4.5 ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES SIMILARES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No contexto do levantamento de mercado para busca de soluções para contratações públicas, foram identificadas contratações com o objeto semelhante, assim foram realizadas buscas por aquelas que sejam similares para correta comparação. Desse modo, temos as seguintes contratações abaixo:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO  
DA FAZENDA



GOVERNO  
DA PARAÍBA

ÓRGÃO	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	OBJETO	VALOR GLOBAL
<b>MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA MJSP</b>	CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90024/2023	Contratação de serviços de solução Oracle Exadata destinada a conter os bancos de dados Oracle das aplicações mais críticas da Polícia Federal, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133, de 2021. <a href="https://pncp.gov.br/app/editais/00394494000136/2023/1026">https://pncp.gov.br/app/editais/00394494000136/2023/1026</a>	R\$ 19.790.329,91
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE LICITACAO E CONTRATACAO – SELC-RR</b>	PREGÃO ELETRÔNICO 90051/2025	Aquisição da solução em INFRAESTRUTURA EXADATA ORACLE (OEI) ON-PREMISES com garantia de 36 meses, para prover automação e o gerenciamento dos processos operacionais e administrativos do sistema de banco de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima - SEFAZ/RR, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e do MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II do edital. <a href="https://pncp.gov.br/app/editais/53212344000120/2025/246">https://pncp.gov.br/app/editais/53212344000120/2025/246</a>	R\$ 16.685.000,00
<b>ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - AGU</b>	PREGÃO ELETRÔNICO 90000/2024	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SOLUÇÃO REDUNDANTE DE NUVEM PRIVADA ORACLE EXADATA CLOUD AT CUSTOMER (EXACC), NA VERSÃO X10M OU SUPERIOR, INCLUINDO ORACLE PAAS E IAAS UNIVERSAL CREDITS POR	R\$ 19.170.488,98

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI  
Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.

Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



		DEMANDA E SEM CONSUMO MÍNIMO, BEM COMO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATIVAÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO, MIGRAÇÃO DOS DADOS E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS POR DEMANDA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. <a href="https://pncp.gov.br/app/editais/26994558000123/2024/11">https://pncp.gov.br/app/editais/26994558000123/2024/11</a>	
--	--	---	--

Identificaram-se, no PNCP, contratações tanto por licitação quanto por inexigibilidade, a depender do escopo, do objeto e da forma de contratação (licenciamento, infraestrutura ou serviços).

A modalidade de licitação escolhida para a contratação é o Pregão, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021, em razão de o objeto ser bens/serviços comuns, cujas especificações possam ser atendidas por múltiplos fornecedores do mercado, permitindo a disputa pelo menor preço e garantindo economicidade, celeridade e ampla competitividade.

#### **4.6 CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO PARA SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS (HARDWARE E LICENCIAMENTO NOVO)**

Após a análise das alternativas disponíveis e o mapeamento de contratações análogas em órgãos de alta criticidade, conclui-se que a Solução 1: Oracle Exadata On-Premise é a única que atende integralmente aos requisitos de segurança, continuidade e eficiência da SEFAZ-PB.

A escolha fundamenta-se na convergência tecnológica observada em instituições como a MJSP e a SEFAZ-RR, cujos projetos ratificam a plataforma Exadata como a arquitetura de referência para a administração tributária e de segurança de dados no Brasil. A adoção do modelo On-Premise é imperativa para garantir a soberania e a guarda física das informações sob sigilo fiscal dentro das dependências da Secretaria, eliminando gargalos de latência e riscos de interrupção de conectividade externa que poderiam paralisar a arrecadação estadual. Sob a ótica da economicidade, a renovação do licenciamento legado preserva o vultoso investimento já realizado pelo Estado, evitando o desembolso integral com novas plataformas e alinhando-se aos patamares de preço praticados em contratações de porte similar, como as da AGU e do MJSP. Por fim, a manutenção do ecossistema Oracle mitiga riscos operacionais críticos, uma

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







vez que dispensa a refatoração custosa de sistemas vitais (como ATF e eProfisco) já otimizados para esta tecnologia, ao mesmo tempo em que assegura uma estrutura de responsabilidade técnica única, essencial para a sustentação de um ambiente de 70 TB de dados.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no fornecimento de uma plataforma integrada de hardware e software de última geração (Sistema de Engenharia), projetada para servir como o núcleo de processamento de dados de alto desempenho da SEFAZ-PB. O objetivo central é prover a **infraestrutura necessária e o licenciamento habilitador** para a futura consolidação das bases de dados legadas (IBM Informix e Oracle) em um ambiente único, pautado pela máxima performance, escalabilidade e disponibilidade.

### 5.1. Componentes de Hardware

- Oracle Exadata X11M Elastic Rack: Sistema de engenharia que integra, em um único rack, servidores de banco de dados e servidores de armazenamento (*storage servers*) com arquitetura otimizada para cargas de trabalho críticas.
- Interconexão de Alta Velocidade: Utilização de tecnologia RoCE (*RDMA over Converged Ethernet*) de 100 Gbps, garantindo a menor latência de rede para comunicação interna entre nós de processamento e armazenamento.
- Armazenamento Inteligente: Servidores de *storage* com aceleração via memórias Flash e algoritmos de *Smart Scan*, que realizam o processamento de consultas diretamente no nível de armazenamento, liberando a CPU principal para tarefas de lógica de negócio.

### 5.2. Ecossistema de Software (Licenciamento)

A solução contempla o conjunto de licenças **Oracle Database Enterprise Edition**, acrescido dos seguintes módulos estratégicos:

- **Real Application Clusters (RAC):** Essencial para a alta disponibilidade, permitindo que o banco de dados opere em cluster (múltiplos servidores ativos simultaneamente).
- **Partitioning:** Organização de grandes volumes de dados (70+ TB) em unidades menores, acelerando a busca de informações fiscais e facilitando o gerenciamento de tabelas históricas.
- **Advanced Compression:** Otimização do espaço em disco e redução do I/O, fundamental para a economia de recursos de armazenamento no longo prazo.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







- **Active Data Guard:** Garantia de continuidade de negócios através de uma réplica síncrona, permitindo recuperação imediata de desastres e balanceamento de carga de relatórios.
- **Diagnostics & Tuning Packs:** Conjunto de ferramentas de IA e automação para monitoramento preditivo (AWR, ADDM) e ajuste automático de consultas SQL, garantindo que o sistema mantenha a performance máxima sem intervenção manual constante.

### 5.3. Serviços de Implantação e Prontidão Tecnológicas de Implantação e Governança

Os serviços visam garantir a entrega da plataforma em pleno estado operacional (Prontidão Tecnológica), compreendendo:

- **Instalação Física e Lógica:** Montagem no Data Center da SEFAZ-PB, configuração de cabeamento, redes, atualização de firmwares e instalação do sistema operacional específico do Exadata.
- **Configuração e Tuning de Infraestrutura:** Ajuste fino dos parâmetros do sistema de engenharia para o ambiente fazendário, incluindo a criação da infraestrutura de Grid e instâncias de banco de dados prontas para receber dados.
- **Testes de Aceitação e Homologação:** Realização de baterias de testes de estresse, redundância e failover para validar a resiliência da solução entregue.
- **Transferência de Conhecimento (Hands-on):** Capacitação técnica da equipe interna focada na **administração e operação da plataforma Exadata**, garantindo autonomia na gestão do novo hardware.

### 5.4. Qualificação e Requisitos de Conformidade

Dada a natureza estratégica da arrecadação estadual, a contratação exige rigorosa comprovação de capacidade técnica e saúde financeira, conforme o Decreto Estadual nº 46.187/2025. As licitantes deverão demonstrar expertise na implementação de sistemas de engenharia de porte similar, cujas exigências detalhadas estão fundamentadas no Termo de Justificativas Relevantes (TJR).

### 5.5. A Estratégia de Consolidação e o Escopo da Solução

A alternativa mais econômica e tecnicamente superior identificada é a unificação dessas bases no SGBD Oracle, utilizando a plataforma **Exadata**. Esta contratação provê o alicerce necessário para essa estratégia, estruturada nos seguintes pilares:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- a) **Infraestrutura de Alta Performance (Exadata):** Fornece o poder computacional e a capacidade de armazenamento necessários para suportar a carga combinada das duas bases (Oracle + Informix) em um único ambiente de alta densidade, reduzindo o *footprint* no datacenter e aumentando a eficiência energética.
- b) **Licenciamento de Expansão e Ativação:** Garante o licenciamento necessário para habilitar os núcleos de processamento do novo equipamento e acomodar o volume de dados consolidado, assegurando a conformidade técnica e legal desde o início da operação.
- c) **Serviços Especializados de Instalação e Configuração:** Item fundamental para garantir que a solução seja entregue seguindo as melhores práticas do fabricante (Maximum Availability Architecture - MAA), assegurando que a plataforma esteja tecnicamente pronta para receber as cargas de trabalho e os processos futuros de migração.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Segue abaixo a tabela com quantitativos das aquisições, conforme Portaria N<sup>o</sup> 138/2023/TCE, a qual versa que "as estimativas" devem ser lastreadas em estudo técnico ou na média histórica das aquisições nos últimos 03 (três) anos.

Ressalta-se que os quantitativos solicitados decorrem de mudança estrutural de arquitetura, com a implantação de nova plataforma Exadata e consolidação de bases de dados atualmente distribuídas. Dessa forma, o histórico de consumo anterior não reflete a necessidade futura, razão pela qual a média histórica não foi utilizada como parâmetro exclusivo para dimensionamento.

LOTE	ITEM	2023	2024	2025	Média dos últimos 3 anos	QUANTIDADE SOLICITADA	UNIDADE
1	EXADATA Database Machine X11M Rack	0	0	0	0	1	UND
	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	0	0	0	0	48	Licença

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	16	16	16	16	Licença
ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	12	12	12	12	6	Licença
ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	16	16	16	16	Licença
ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização	16	16	16	16	16	Licença

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.						
ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	16	16	16	16	Licença
ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	0	0	0	0	32	Licença
ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	0	0	0	0	32	Licença
Serviço de Instalação e Configuração da solução Exadata X11M.	0	0	0	0	1	UND
SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	400	400	400	400	500	UST

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





A estimativa da quantidade a ser contratada engloba o hardware Exadata X11M Elastic Rack Standard e todas as licenças de software Oracle Database Enterprise Edition com os módulos Real Application Clusters, Partitioning, Advanced Compression, Active Data Guard, Diagnostics pack e Tuning pack conforme a configuração necessária para suportar a totalidade das bases de dados da SEFAZ-PB após a consolidação.

A definição das quantidades solicitadas baseia-se na arquitetura de **Consolidação de Dados** e nas regras contratuais de licenciamento por processador (*Processor Core Factor*).

### 6.1 Distribuição das licenças a serem contratadas

As licenças do Oracle Enterprise Edition serão distribuídas conforme abaixo, considerando as 16 (dezesesseis) já contratadas e pertencentes à SEFAZ e 16 novas licenças, objeto desta contratação, totalizando 32 (trinta e duas) licenças:

- a) 18 (Dezoito) licenças para o ambiente de produção;
- b) 08 (oito) licenças para a base redundante da base de produção;
- c) 04 (quatro) licenças para a base de testes de homologação;
- d) 02 (duas) licenças para a base de testes de integração.

### 6.2 Hardware: Exadata Database Machine X11M (01 Unidade)

**Justificativa:** A unidade solicitada refere-se a 01 (um) Rack Elástico inicial, configurado com o mínimo necessário de nós de processamento e servidores de armazenamento para suportar a alta disponibilidade (mínimo de 2 nós para redundância total).

### 6.3 Licença: Exadata Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual – 48 Licenças

**Memória de Cálculo:** Refere-se ao licenciamento dos discos rígidos e unidades Flash contidos nos servidores de armazenamento (Storage Servers).

**Cálculo:** Estima-se a contratação de servidores de storage que totalizam 48 unidades de drive (discos/flash) para compor a volumetria líquida de 320 TB prevista para o crescimento dos próximos 5 (cinco) anos, considerando o espelhamento (ASM Mirroring) para segurança dos dados.

### 6.4 Licenciamento de Banco de Dados (Database Enterprise Edition) – Licença Perpetual - 16 Licenças

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





**Memória de Cálculo:** O Exadata X11M utiliza processadores modernos com alta densidade de núcleos. Para a SEFAZ-PB, planejou-se a ativação de 36 Cores (núcleos) físicos para processamento de banco de dados de produção.

**Cálculo:**  $36 \text{ Cores} \times 0,5 \text{ (Fator de Núcleo Oracle para x86)} = 18 \text{ Licenças de Processador}$ . Das 18 licenças destinadas ao ambiente de produção, 16 serão novas licenças a serem contratadas, e as outras 2 (duas) correspondem a licenças já existentes na SEFAZ.

**Finalidade:** Suportar a carga de trabalho unificada das bases atuais Oracle (40TB) e a futura migração do Informix (30TB).

A metodologia de quantificação adotada para o software baseia-se no fator de conversão de 0,5 por core físico, padrão da Oracle para ambientes x86. Para o hardware, a configuração 'Elastic Rack' foi dimensionada para garantir que o storage possua capacidade bruta de acomodar os 70TB projetados com redundância tripla (High Redundancy) e com capacidade de crescimento para 60 meses de operação. Já os serviços foram dimensionados com base no esforço estimado para a migração heterogênea, que exige horas técnicas superiores a uma manutenção de rotina.

#### 6.5 Licenciamento de Opções (RAC, Partitioning, Compression, Data Guard)

**Licença: ORACLE Real Application Clusters RAC (06 Licenças):**

**Justificativa:** A presente contratação visa complementar o parque de licenças existente, considerando que a SEFAZ-PB já dispõe de 12 (doze) licenças Oracle RAC – Processor, regularmente contratadas e em vigor. Com a contratação adicional de 6 (seis) licenças, o ambiente passará a contar com 18 (dezoito) licenças RAC para o ambiente de produção, quantitativo suficiente para atender integralmente o cluster Exadata planejado, que demandará 18 (dezoito) licenças de Oracle Database Enterprise Edition, conforme a metodologia de licenciamento por processador (Processor Core Factor) adotada pelo fabricante. Dessa forma, garante-se a conformidade com as políticas de licenciamento da Oracle, assegurando alta disponibilidade plena do ambiente, sem risco de subdimensionamento ou de descumprimento contratual.

#### 6.6 Licenças: ORACLE Partitioning, Compression e Active Data Guard (16 Licenças cada):

**Justificativa:** Devem equivaler ao número de licenças do Database Enterprise Edition (32), suficiente para distribuir nos ambientes, conforme indicado no item 8.1 e possam auxiliar na organização, distribuição e economia de espaço na administração dos 70TB de dados e a replicação de dados em tempo real para uma solução de recuperação de desastre.

#### 6.7 Diagnostics e Tuning Pack (32 Licenças cada)

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





**Justificativa:** A quantidade de 32 licenças deve equivaler ao número de licenças do Database Enterprise Edition (32), suficiente para distribuir nos ambientes, conforme indicado no item 8.1, garantindo observabilidade no acesso aos dados desses ambientes.

#### 6.8 Serviço de instalação e configuração da solução Exadata X11M

**Justificativa:** A quantidade estimada corresponde à execução única e indivisível do serviço de instalação e configuração da solução Oracle Exadata X11M, contemplando todas as atividades necessárias para disponibilização do ambiente em produção. O serviço abrange, entre outros, a instalação física e lógica do equipamento, configuração do Exadata Infrastructure Software, Oracle Grid Infrastructure e Oracle RAC, parametrizações iniciais de segurança, integração com a infraestrutura existente (rede, armazenamento, backup e monitoramento), bem como a realização de testes de funcionamento e aceite técnico. Trata-se de serviço especializado, não rotineiro e indispensável, cuja execução ocorre uma única vez por ambiente implantado, não sendo passível de fracionamento ou repetição por unidade de hardware, razão pela qual a estimativa quantitativa se limita a 01 (uma) unidade.

#### 6.9 Serviços Técnicos Especializados (500 UST)

**Justificativa:** Houve um acréscimo em relação à média histórica (400 para 500) devido à complexidade extraordinária da migração de dialeto (IBM Informix para Oracle). Essas 100 UST adicionais são destinadas especificamente ao tuning de queries e conversão de stored procedures que não existem no ambiente Oracle atual.

### 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Verifica-se que o objeto pretendido poderá ser fornecido por diversas empresas parceiras e integradoras atuantes no mercado nacional, devidamente certificadas pelo fabricante (Oracle). Dessa forma, a competitividade do certame encontra-se assegurada, uma vez que não há exclusividade na execução dos serviços de instalação e fornecimento dos equipamentos, havendo um amplo ecossistema de parceiros aptos a disputar a licitação em igualdade de condições.

Por se tratar de uma solução de infraestrutura de dados de última geração e elevada densidade tecnológica, a obtenção de parâmetros de preços em processos licitatórios anteriores exige uma análise criteriosa. O modelo Oracle Exadata X11M representa um salto tecnológico (arquitetura baseada em processadores de última geração e memória DDR5) em relação às versões anteriores (X9 ou X10), o que pode gerar variações naturais de mercado quando comparado a contratações mais antigas de outros órgãos.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







As peculiaridades desta estimativa residem no dimensionamento preciso entre o hardware e o volume de licenciamento novo necessário para suportar a carga de 70 TB de dados críticos. A composição do valor leva em consideração:

- Configuração Elástica do Hardware: O ajuste específico de servidores de banco de dados e servidores de armazenamento para atender à volumetria da SEFAZ-PB;
- Arquitetura de Software: A inclusão de módulos de alta disponibilidade (RAC, Active Data Guard) e performance (Partitioning, Advanced Compression), cujos valores são vinculados à capacidade de processamento da máquina adquirida;
- Serviços de Prontidão Operacional: A especialização necessária para a instalação e configuração de um *Engineered System*, garantindo que a garantia de fábrica e o suporte técnico do fabricante sejam preservados.

Desta forma, a pesquisa de preços buscou refletir não apenas o custo dos ativos, mas a entrega de uma plataforma devidamente licenciada e configurada, pronta para suportar os futuros processos de modernização tributária do Estado, garantindo o melhor custo-benefício frente à longevidade e escalabilidade da solução.

Para a determinação do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa direta junto a fornecedores, mediante solicitação formal de cotação encaminhada por correio eletrônico.

As solicitações de orçamento foram enviadas aos seguintes fornecedores:

Empresa	E-mail
ARSIT Tecnologia e Telecom LTDA	<a href="mailto:aribeiro@arsit.com.br">aribeiro@arsit.com.br</a>
CDS Solutions LTDA	<a href="mailto:crisconts23@gmail.com">crisconts23@gmail.com</a>
DACORP Tecnologia LTDA	<a href="mailto:ynarita@dacorp.com.br">ynarita@dacorp.com.br</a>
F Moreira Silva LTDA	<a href="mailto:crhescer.assessoria@hotmail.com">crhescer.assessoria@hotmail.com</a> ; <a href="mailto:adm@fmoreirasilva.com.br">adm@fmoreirasilva.com.br</a>
LANLINK Soluções e Comercialização em Informática S/A	<a href="mailto:comercialbrasil@lanlink.com.br">comercialbrasil@lanlink.com.br</a>
FISAM Tech Tecnologia LTDA	<a href="mailto:paralegal@dbpgroup.com.br">paralegal@dbpgroup.com.br</a>
FNC Consultoria e Assessoria em Tecnologia da Informação LTDA	<a href="mailto:thayna.ferreira@fncit.com.br">thayna.ferreira@fncit.com.br</a>
GHF Tecnologia e Comunicação LTDA	<a href="mailto:hazael_santos@hotmail.com">hazael_santos@hotmail.com</a>
Iridia Soluções LTDA	<a href="mailto:lresendefernandes@gmail.com">lresendefernandes@gmail.com</a>
LTA-RH Informática, Comércio e Representações LTDA	<a href="mailto:elisandra_fraga@lta-rh.com.br">elisandra_fraga@lta-rh.com.br</a>
NOKAHI Consultoria e Soluções LTDA	<a href="mailto:giselle_falcao@hotmail.com">giselle_falcao@hotmail.com</a>
OPTIMIZE TI LTDA	<a href="mailto:andreia@optimize.net.br">andreia@optimize.net.br</a>
Tarea Gerenciamento LTDA	<a href="mailto:licitacao@tarea.com.br">licitacao@tarea.com.br</a> ; <a href="mailto:eliana.lamas@tarea.com.br">eliana.lamas@tarea.com.br</a>

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB







By Seven Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA	<a href="mailto:financeiro@by7.com.br">financeiro@by7.com.br</a>
BB Tecnologia e Serviços (BBTS)	<a href="mailto:catbra@bbts.com.br">catbra@bbts.com.br</a>
Ingram Micro Brasil	<a href="mailto:fiscal@ingrammicro.com.br">fiscal@ingrammicro.com.br</a>
Accenture	<a href="mailto:cadastrorgaopublico@accenture.com">cadastrorgaopublico@accenture.com</a>
Globant	<a href="mailto:hi@globant.com">hi@globant.com</a>
IBM Brasil	<a href="mailto:rhbm@br.ibm.com">rhbm@br.ibm.com</a>
Capgemini Brasil	<a href="mailto:dpobrasil.br@capgemini.com">dpobrasil.br@capgemini.com</a>

Tendo em vista que apenas os fornecedores FNC Consultoria e Assessoria em Tecnologia da Informação LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.207.217/0001-16, e Tarea Gerenciamento LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.185.325/0001-02, apresentaram propostas comerciais, os respectivos valores médios encontram-se consolidados na tabela abaixo:

Item	Descrição do Item	Qtd	Unid.	Valor Unit.(R\$)	Valor Total(R\$)
1	EXADATA Database Machine X11M Rack	1	UND	11.577.763,19	11.577.763,19
2	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	48	Licença	114.335,62	5.488.109,76
3	ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	Licença	448.486,21	7.175.779,36
4	ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	06	Licença	217.161,19	1.302.967,14
5	ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e	16	Licença	108.580,12	1.737.281,92

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





	atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.				
6	ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	Licença	108.580,60	1.737.289,52
7	ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	16	Licença	108.580,60	1.737.289,52
8	ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	32	Licença	70.813,89	2.266.044,48
9	ORACLE Tuning Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	32	Licença	47.209,70	1.510.710,24
10	Serviço de Instalação e Configuração da solução Exadata X11M.	1	UND	411.395,75	411.395,75
11	Serviços técnicos especializados sob demanda	500	UST	377,50	188.750,00
<b>Valor Estimado Total da Contratação</b>				<b>R\$ 35.133.380,87</b>	

A metodologia aplicada para a obtenção do valor é a **média**.

O valor estimado total da contratação de **R\$ 35.133.380,87 (trinta e cinco milhões e cento trinta e três mil e trezentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos)**, considerando-se o fornecimento de um Appliance Oracle Exadata Database Machine X11M, e licenciamento perpétuo (Processor

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Perpetual) de banco de dados e opcionais, e a execução de serviços especializados de instalação, configuração. Esta estimativa baseia-se na tabela de memória de cálculo abaixo, bem como nos orçamentos obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores qualificados, em estrita conformidade com o Art. 6º do Decreto Estadual nº 42.967/2022. Os orçamentos estimados encontram-se anexados aos autos do processo.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 23, §1º, e do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável. Todavia, a própria norma estabelece que o princípio do parcelamento deve ser afastado quando este comprometer a viabilidade técnica, a economia de escala ou a execução adequada do objeto. No caso da SEFAZ-PB, o agrupamento em **Lote Único** justifica-se pelos seguintes fundamentos:

### 8.1. Indissociabilidade Tecnológica do "Engineered System"

A solução proposta — Oracle Exadata X11M — não constitui uma simples soma de componentes independentes (servidores de prateleira e licenças de software). Trata-se de um **Sistema de Engenharia Integrado**, onde o hardware e o software são projetados em conjunto para atingir a performance especificada:

- **Dependência Funcional:** Recursos críticos como *Smart Scan*, *Storage Indexes* e *Hybrid Columnar Compression* não são softwares genéricos instalados sobre um hardware comum; são algoritmos que residem na camada de armazenamento (*Cell Services*) e que exigem comunicação direta e proprietária com o núcleo do Banco de Dados.
- **Perda de Objeto:** A contratação fragmentada (ex: comprar o hardware de um fornecedor e o licenciamento de outro) resultaria na impossibilidade de garantir a ativação dessas funcionalidades nativas, transformando um sistema de alta performance em uma infraestrutura convencional, o que configuraria ineficiência técnica e desperdício de recurso público.

### 8.2. Responsabilidade Única e Prontidão Operacional (Single Point of Contact)

O parcelamento criaria uma fragmentação da responsabilidade técnica sobre a ativação da plataforma, cenário que compromete a missão crítica da SEFAZ-PB:

- **Garantia de Disponibilidade:** Sendo a SEFAZ-PB um órgão de arrecadação, a infraestrutura deve ser entregue sob um modelo de suporte unificado. O agrupamento garante que um único fornecedor responda pela integridade de todo o ecossistema (do firmware do disco ao SGBD), assegurando o cumprimento dos SLAs (*Acordos de Nível de Serviço*) desde a entrega.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- **Mitigação do Risco de Integração:** O agrupamento elimina o risco de incompatibilidade entre versões de componentes de hardware e patches de software. O fornecedor vencedor assume a obrigação de entregar a solução **homologada e certificada**, pronta para entrar em produção, evitando conflitos técnicos entre diferentes contratadas.

### 8.3. Economia de Escala e Eficiência Administrativa

A análise técnica demonstra que a contratação integrada é economicamente mais vantajosa para o erário:

- **Vantagem do Licenciamento Acoplado:** O modelo de licenciamento para sistemas Exadata utiliza fatores de contagem de núcleos e condições comerciais específicas quando vinculados ao hardware. A compra conjunta permite o aproveitamento de descontos por volume que dificilmente seriam alcançados em compras esparsas.
- **Redução de Custos de Gestão:** A manutenção de um contrato único para a implantação da plataforma reduz drasticamente o custo operacional da Secretaria com fiscalização contratual e processos de pagamento, em plena observância ao Princípio da Eficiência Administrativa.

### 8.4. Estrutura de Mercado e Prática Comercial

O mercado de sistemas de engenharia de altíssima performance opera com o conceito de plataforma unificada. O parcelamento não ampliaria a competitividade, visto que as empresas parceiras certificadas pelo fabricante para fornecer o hardware Exadata são as mesmas aptas a comercializar o licenciamento e realizar a instalação técnica. O fracionamento apenas introduziria riscos jurídicos e operacionais desnecessários, sem qualquer ganho real de competitividade ou redução de preço para a Administração.

### 8.5. Conclusão

Pelo exposto, resta demonstrado que o parcelamento da solução comprometeria a **viabilidade técnica** e a **execução adequada do objeto**. O agrupamento em Lote Único é, portanto, à medida que melhor protege o patrimônio público, assegura a integridade dos dados tributários e atende ao comando do art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O planejamento desta solução considera a existência de outros contratos e processos que, embora distintos deste certame, possuem relação direta ou dependência com a nova infraestrutura:

### 9.1. Contratações Correlatas:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- **Parque Legado:** Esta contratação se correlaciona com o ambiente atual de bancos de dados (Oracle e Informix). A implementação do Exadata X11M servirá como a plataforma de destino para a modernização tecnológica, permitindo que, no futuro, os contratos de manutenção e suporte das infraestruturas antigas sejam descontinuados à medida que as cargas de trabalho forem consolidadas no novo ambiente.
- **Licenciamento Existente:** O ambiente atual possui licenças ativas que continuarão a coexistir com o novo licenciamento durante o período de convivência entre os ambientes.

**9.2. Contratações Interdependentes:** A plena utilização da solução Exadata demandará ações que serão tratadas em processos apartados, mas que dependem da conclusão deste objeto:

- **Adequação da Infraestrutura Física (Data Center):** Requisito imediato para a recepção do hardware. Envolve a preparação de espaço em rack, fornecimento de energia estabilizada, refrigeração adequada e conectividade de rede (switches e cabeamento), a serem providenciados pela área de infraestrutura da SEFAZ-PB.
- **Serviços de Workload:** Processo subsequente e interdependente. A migração das bases Informix e Oracle para a nova plataforma será objeto de um rito de contratação específico, uma vez que requer a disponibilidade física e lógica da nova infraestrutura (Exadata) devidamente instalada e configurada para o início dos trabalhos.
- **Gestão do Licenciamento Legado (Renovação):** A renovação do suporte das licenças Oracle existentes (08 licenças legadas) será tratada em processo administrativo próprio. A estratégia de manutenção desse suporte visa garantir a conformidade do ambiente de origem enquanto os dados são preparados para a transição para o novo ambiente licenciado.

A existência dessas interdependências foi considerada no planejamento macro da Secretaria. Ressalta-se que o presente processo é o **precursor indispensável**, pois sem a disponibilidade da nova plataforma de alta performance e seu respectivo licenciamento novo, os processos de migração e consolidação fiscal restariam tecnicamente inviabilizados.

## 10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO - PCA

Declaramos que todos os itens indicados neste Estudo Técnico Preliminar:

- ( ) Constam no Plano de Contratações Anual – PCA.
- ( x ) Consta parcialmente no Plano de Contratações Anual – PCA.
- ( ) Não constam no Plano de Contratações Anual - PCA.

A presente demanda possui natureza estratégica e estrutural, tendo emergido como uma necessidade superveniente em razão da urgência em estabelecer uma

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





infraestrutura de dados de alto desempenho, capaz de suportar a nova fase de transformação digital da SEFAZ-PB.

Embora a contratação não conste expressamente no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, sua necessidade se consolidou após a elaboração do referido instrumento. Tal fato decorre da constatação técnica de que a infraestrutura atual atingiu seu limite de escalabilidade diante do crescimento exponencial do volume de dados e da complexidade das novas operações fiscais, tornando o objeto desta contratação a única via técnica para garantir a continuidade operacional.

A demanda está plenamente alinhada aos macro objetivos estratégicos da SEFAZ-PB, especialmente no que tange à:

- **Modernização Tecnológica:** Implementação de hardware e software de última geração para processamento de missão crítica.
- **Racionalização de Custos:** Otimização do investimento em software através de hardware projetado especificamente para extrair a máxima eficiência das licenças adquiridas.
- **Soberania de Dados e Segurança:** Garantia de disponibilidade e integridade das informações fiscais em uma plataforma resiliente.
- **Sustentabilidade de TIC:** Estabelecimento de um ciclo de vida tecnológico prolongado, evitando a obsolescência precoce do parque de servidores.

Trata-se de uma atualização fundamental no modelo de gestão de dados, com impacto direto na eficiência administrativa e na arrecadação estadual, razão pela qual sua inclusão extemporânea se justifica técnica e economicamente. Os itens da contratação foram dimensionadas para reduzir o investimento com banco de dados unificando as bases. As medidas administrativas necessárias serão adotadas para a devida regularização nas próximas revisões do PCA, assegurando transparência e total aderência ao planejamento formal.

## 11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da solução **Exadata X11M** e do licenciamento **Oracle Database** com seus módulos avançados visa alcançar os seguintes resultados, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e otimização tecnológica:

### Economicidade

- **Otimização do TCO (Custo Total de Propriedade):** Redução dos custos operacionais a longo prazo mediante a implementação de uma plataforma de alta densidade, que consolida a capacidade computacional e minimiza a necessidade de múltiplas frentes de suporte físico.
- **Eficiência Energética e Operacional:** Melhor aproveitamento de espaço físico e redução drástica nos custos de refrigeração e consumo

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB







elétrico no Data Center, devido à alta performance por rack da plataforma X11M.

- **Previsibilidade Orçamentária:** Concentração do investimento em uma solução de ciclo de vida estendido, reduzindo gastos imprevistos com expansões de hardware periférico.

### Eficácia e Eficiência

- **Performance de Próxima Geração:** Aumento expressivo da performance das aplicações críticas da SEFAZ-PB, utilizando tecnologias exclusivas como *Smart Scan* e aceleração por hardware, resultando em menor tempo de resposta para os cidadãos.
- **Otimização de Processamento Fiscal:** Capacidade superior para o processamento de grandes volumes de dados operacionais, garantindo agilidade em janelas de processamento críticas.
- **Gestão Simplificada:** Simplificação da administração e manutenção do ecossistema de dados, permitindo que a equipe de TI atue em atividades de inteligência de dados e inovação.

### Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

- **Especialização Técnica:** Concentração da expertise da equipe de TI em uma plataforma de estado da arte, elevando a eficiência e a prontidão técnica interna.
- **Maximização de Armazenamento:** Utilização inteligente da capacidade (através de *Advanced Compression* e *Hybrid Columnar Compression*), permitindo gerir volumes massivos de dados com menor consumo de discos físicos.
- **Retorno sobre Investimento (ROI):** Direcionamento de recursos para uma solução líder de mercado que oferece retornos mensuráveis em disponibilidade e estabilidade.

### Impactos Positivos e Qualidade dos Serviços

- **Resiliência Máxima:** Garantia de alta disponibilidade e continuidade dos serviços essenciais (via RAC e Active Data Guard), eliminando pontos únicos de falha e mitigando riscos de interrupção.
- **Confiabilidade de Dados:** Melhoria na qualidade e velocidade de extração de informações para o suporte à tomada de decisão estratégica do Estado.
- **Modernidade Percebida:** Impacto direto na agilidade dos serviços prestados ao contribuinte, reforçando a imagem da SEFAZ-PB como uma instituição tecnológica e eficiente.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Para garantir o sucesso da implantação da solução e a plena operacionalização do novo licenciamento, as seguintes providências deverão ser adotadas pela Administração previamente ou em concomitância à celebração do contrato:

**Adequações no Ambiente Físico e Lógico:**

- **Infraestrutura de Data Center:** Verificação e, se necessário, adequação do espaço físico (piso elevado, suporte de carga, racks), sistemas de energia elétrica (nobreaks e PDUs compatíveis) e sistemas de refrigeração para atender às especificações técnicas do Exadata X11M.
- **Conectividade:** Preparação da infraestrutura de rede de alta velocidade (InfiniBand/RDMA over Converged Ethernet - RoCE) necessária para a interconexão do Exadata com o ecossistema da SEFAZ-PB.

**Gestão do Conhecimento:**

- **Fiscalização e Operação:** Garantir que a equipe técnica esteja apta para a gestão, fiscalização contratual e operação plena das novas funcionalidades de software adquiridas, visando o máximo aproveitamento dos recursos desde o primeiro dia de ativação.

**Configuração e Ativação do Novo Licenciamento:**

- **Arquitetura de Software:** Definição dos parâmetros de configuração das licenças (como *Active Data Guard* e *Real Application Clusters*) para que o ambiente seja entregue em conformidade com as melhores práticas de alta disponibilidade e segurança da Oracle.

Todas essas providências, bem como seus responsáveis e prazos, serão documentadas em um cronograma detalhado de implantação e integradas ao Mapa de Riscos do projeto, assegurando que o novo ambiente esteja pronto para entrar em produção dentro do planejado.

**13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação da solução integrada de hardware e software Exadata + Oracle, embora não diretamente um projeto ambiental, apresenta potenciais impactos ambientais positivos e negativos que devem ser considerados:

- **Impactos Positivos:**
  - **Redução da Pegada de Carbono:** A consolidação de múltiplas bases de dados em uma única plataforma de alta eficiência como o Exadata pode levar à redução do consumo total de energia elétrica em comparação com a manutenção e expansão de diversos servidores e storages.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB







- **Otimização de Recursos Físicos:** Menor necessidade de espaço físico no data center e redução de resíduos eletrônicos a longo prazo pela consolidação de hardware mais antigo.
- **Eficiência de Armazenamento:** A funcionalidade de Advanced Compression reduz o volume de dados armazenados, o que indiretamente diminui a demanda por novas mídias de armazenamento e o consumo de energia associado.
- **Medidas Mitigadoras:**
  - No Termo de Referência, poderá ser solicitado que a contratada observe as políticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado para quaisquer componentes que venham a ser substituídos ou ao final da vida útil do equipamento.
  - A escolha da solução já incorpora características de baixo consumo de energia (Exadata é projetado para eficiência energética).
  - A contratação buscará alinhar-se, no que couber, às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, buscando fornecedores com práticas de sustentabilidade reconhecidas.

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base na análise aprofundada realizada neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento da SEFAZ-PB conclui que a **contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software** é viável, razoável e indispensável para o atendimento das necessidades estratégicas desta Secretaria.

Esta contratação representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública, fundamentando-se em três pilares indissociáveis:

1. **Vanguarda Tecnológica e Desempenho:** Endereça de forma definitiva os desafios de performance e capacidade de processamento, provendo uma infraestrutura de última geração (arquitetura baseada em processadores modernos e armazenamento RDMA over Converged Ethernet - RoCE) capaz de suportar o crescimento exponencial do volume de dados tributários e fiscais.
2. **Economicidade e Eficiência de Recursos:** A adoção do Exadata X11M permite a máxima otimização do novo licenciamento através da consolidação em uma plataforma de alta densidade. Isso reduz drasticamente a complexidade operacional, os custos com energia, refrigeração e ocupação de espaço físico, garantindo o melhor retorno sobre o investimento (ROI).
3. **Segurança, Alta Disponibilidade e Escalabilidade:** A solução garante a continuidade dos serviços essenciais da SEFAZ-PB através de recursos

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





nativos de resiliência (RAC e Active Data Guard). A entrega da nova plataforma plenamente configurada e otimizada assegura que a Administração disponha de um ambiente de missão crítica estável, seguro e pronto para sustentar as operações de arrecadação estadual com risco zero de obsolescência técnica.

Diante do exposto, esta equipe técnica declara a viabilidade da contratação, visto que a solução proposta garante a continuidade, a segurança e a eficiência dos serviços críticos, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos públicos e elevando a qualidade do serviço prestado ao cidadão paraibano.

## 15. ANEXOS

### 15.1. Anexo I – Especificações Técnicas

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

**MARX FERNANDES DE GUSMÃO**

Gerente da Gerência de Tecnologia da Informação

Matrícula: 147.088-4

(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

**MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**

Secretário de Estado da Fazenda

Matrícula nº 171.798-7

(assinado eletronicamente)

Histórico de Versões:

Criado em: **06/02/2026**

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**1.1.** As especificações, unidades de medida e os quantitativos que compõem o escopo dos Planos de Trabalho estão dispostos no quadro abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
1	EXADATA Database Machine X11M Rack	UND	1
2	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	48
3	ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
4	ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	6
5	ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
6	ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
7	ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16
8	ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





9	ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32
10	Serviço de Instalação e Configuração da solução Exadata X11M.	UND	1
11	SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	UST	500

## 2. DO DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Esta seção detalha os requisitos técnicos, funcionais e de fornecimento mínimos obrigatórios para os itens 01 a 10 do objeto.

### 2.1. Item 01 - Fornecimento de Exadata Database Machine X11M Rack

O objeto do item 01 consiste no fornecimento de 01 (um) sistema de engenharia Oracle Exadata Database Machine X11M, ou superior, completos, integrados e pré-configurados em rack pelo fabricante. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, sem uso anterior ou recondicionamento, pertencentes à linha de produção mais recente do fabricante na data de apresentação da proposta.

A composição mínima de hardware para cada um dos sistemas (Principal e Secundário) deverá ser a seguinte:

#### 2.1.1 Servidores de Banco de Dados (Database Servers):

- Deverão ser fornecidos, no mínimo, **02 (dois) servidores** por rack.
- Cada servidor deverá ser equipado com, no mínimo, 02 (dois) processadores 96 cores **AMD EPYC™ 9J25 de 2.6 GHz**, ou superior.
- Cada servidor deverá possuir, no mínimo, **1,5 TB de memória RAM**.
- (duas) placas Flash NVMe Flash SSD Hot-Swappable com 3,84TB (três vírgula oitenta e quatro terabytes) expansível até 4 (quatro) placas Flash NVMe Flash SSD;
- 4 (quatro) portas de conexão 10/25 Gb Ethernet (SFP28);
- 2 (duas) portas de 100Gb QSFP28 RoCE Fabric;
- 1 (uma) porta de conexão 1 Gb Ethernet (RJ45) para gerenciamento;
- 1 (uma) porta de conexão ILOM Ethernet (RJ45).

#### 2.1.2 Servidores de Armazenamento (Storage Servers):

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- Deverão ser fornecidos, no mínimo, **04 (quatro) servidores** de armazenamento por rack.
- Cada servidor de armazenamento deverá ser equipado com processadores que totalizem, no mínimo, **64 cores por servidor**.
- 2 (duas) portas de 100Gb QSFP28 RoCE Fabric;
- 1 (uma) porta de conexão 1 Gb Ethernet (RJ45) para gerenciamento;
- 1 (uma) porta de conexão ILOM Ethernet (RJ45).
- 

#### 2.1.3 Requisito Específico de Capacidade de Armazenamento:

- Solução deverá prover uma capacidade **líquida utilizável** de, no mínimo, **320 TB**.
- Observação: A capacidade líquida utilizável desconsidera o espaço reservado para redundância (RAID), backups locais e outros overheads do sistema.

#### 2.1.4 Requisitos Mínimos de Desempenho:

- A solução deverá ser capaz de entregar, no mínimo, **5.600.000 IOPS** (Operações de I/O por Segundo) para operações de leitura em blocos de 8K.
- A solução deverá ser capaz de entregar, no mínimo, **4.000.000 IOPS** para operações de escrita em blocos de 8K.

#### 2.1.5 Requisitos Gerais do Fornecimento:

- A solução deverá ser compatível com a versão **Oracle Database 19c**, ou superior.
- Todos os componentes (servidores, switches, PDUs, etc.) deverão ser entregues acondicionados em rack padrão do fabricante, com todos os cabos e acessórios necessários à sua plena instalação e funcionamento.
- Todos os componentes de hardware deverão possuir garantia e suporte técnico do fabricante (hardware warranty) por, no mínimo, 12 (doze) meses.
- Os servidores de armazenamento deverão prover o recurso de cache dos objetos do banco de dados em memória flash (Flash Cache), substituindo operações de I/O mecânicas e lentas no disco por operações de memória flash extremamente rápidas. Sua utilização deverá acontecer de forma automática através da movimentação dos dados frequentemente

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





acessados para a memória flash.

- O appliance também deve ser capaz de evitar que operações utilizem a Flash Cache de forma desnecessária tais como operações de full scan em tabelas, cópias de espelhamento, cópias de backup e ferramentas de exportação e importação.
- O appliance deverá possuir características internas de redundância e tolerância a falhas, possuindo redundância de todos os componentes do equipamento com o objetivo de não apresentar ponto único de falha.
- O appliance deverá permitir crescimento de capacidade de processamento e armazenamento de forma independente por meio da adição de servidores similares e compatíveis com fabricante do módulo.
- O appliance deverá ser transparente à todas as aplicações e usuários do banco de dados, não exigindo que aplicações sejam reescritas ou ajustadas.
- A comunicação entre todos os componentes do módulo deverá ser feita através de arquitetura de comunicação de rede que utilize banda de comunicação de 100 Gb/s ou velocidade superior, utilizando "RDMA over Converged Ethernet (RoCE)".
- Deverão ser fornecidos 02 (dois) switches 100 Gb/s RoEC com 36 portas cada.
- Deverá ser fornecido 01 (um) switch Ethernet 48 portas para gerenciamento.
- O appliance deverá permitir algoritmos de compressão que permitam compactar os objetos do banco de dados com foco em aplicações analíticas (organizadas em estrutura colunar).
- O appliance deverá ser entregue energizado, instalado e configurado, com documento de arquitetura e pronta para uso.
- Deverão ser fornecidos todos os cabos, conectores, transceivers e demais acessórios necessários para instalação, conectividade e pleno funcionamento.
  - Os 4 (quatro) transceivers 10/25 GbE Dual Rate SFP28 SR para a conexão com os switches core da SEFAZ/PB deverão ser fornecidos.
- Os equipamentos e eventuais softwares mencionados neste Termo deverão estar em concordância com os produtos ofertados pela empresa Oracle do Brasil, e a CONTRATADA deverá ser revendedora dos produtos Oracle credenciada pela mesma e autorizada a fornecer para a administração pública.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





### 3.2 Item 02 - Exadata Storage Server Software

- 3.2.1 O objeto do item 02 consiste no fornecimento de **48 (quarenta e oito) licenças** de software **Exadata Storage Server Software**, na modalidade **perpétua** (Disk Drive Perpetual).
- 3.2.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do software que gerencia e otimiza as funcionalidades dos Servidores de Armazenamento (Storage Servers) fornecidos no item 01.
- 3.2.3 O fornecimento das licenças deverá incluir, sem custo adicional, o serviço de Suporte Técnico e Atualização do Fabricante (Software Update License & Support) pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega da solução.

### 3.3 Item 03 - Oracle Database Enterprise Edition

- 3.3.1 O objeto do item 03 consiste no fornecimento de 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Database Enterprise Edition, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.3.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle Enterprise Edition, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.4 Item 04 - Oracle Real Application Clusters (RAC)

- 3.4.1 O objeto do item 04 consiste no 06 (seis) licenças de software Oracle Real Application Clusters (RAC), na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.4.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo do Oracle Real Application Clusters, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.5 Item 05 - Oracle Partitioning

- 3.5.1 O objeto do item 05 consiste no 16 (dezesesseis) licenças de software Oracle Partitioning, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.5.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Partitioning, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.6 Item 06 - Oracle Advanced Compression

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB







- 3.6.1 O objeto do item 06 consiste no 16 (dezesseis) licenças de software Oracle Advanced Compression, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.6.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Advanced Compression, compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.7 Item 07 - Oracle Active Dataguard

- 3.7.1 O objeto do item 07 consiste no 16 (dezesseis) licenças de software Oracle Active Dataguard, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.7.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Active Dataguard compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.8 Item 08 - Oracle Diagnostics Pack

- 3.8.1 O objeto do item 08 consiste no 32 (trinta e duas) licenças de software **Oracle** Diagnostics Pack, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.8.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Diagnostics Pack compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.9 Item 09 - Oracle Tuning Pack

- 3.9.1 O objeto do item 09 consiste no 32 (trinta e duas) licenças de software **Oracle** Tuning Pack, na modalidade e métrica Processor Perpetual.
- 3.9.2 As licenças deverão conferir o direito de uso perpétuo da licença da option Oracle Tuning Pack compatível com a versão 19c ou superior, a ser instalado e executado nos Servidores de Banco de Dados (Database Servers) fornecidos no item 01.

### 3.10 Suporte dos itens de 01 a 09

- 3.10.1 Os itens de 01 a 09 deverão incluir, sem custo adicional para a Administração, o serviço de Suporte Técnico e Atualização do Fabricante

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB







pelo período total de 36 (trinta e seis) meses. Este período será composto por:

- 3.10.2 I. 12 (doze) meses de garantia e suporte nativos, inclusos na contratação inicial, contados a partir do Termo de Aceite Definitivo da solução;
- 3.10.3 II. 24 (vinte e quatro) meses adicionais de serviço de suporte técnico e atualização tecnológica (Premier Support ou equivalente), garantindo a continuidade da subscrição de suporte e o direito a atualizações de software e segurança para todos os módulos licenciados e para o hardware Exadata X11M.

#### 4. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Esta seção estabelece o escopo mínimo, os entregáveis e os critérios de aceite para os serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

##### 4.1 Item 10 - Do Serviço de Instalação e Configuração

###### 4.1.1 Escopo Mínimo dos Serviços:

O serviço de Instalação e Configuração (Item 10) refere-se à completa operacionalização dos equipamentos e softwares fornecidos nos Itens 01 a 09, e deverá abranger, no mínimo, as seguintes atividades:

**a) Planejamento:** Elaboração e apresentação do Plano de Instalação, contendo cronograma detalhado, pré-requisitos de infraestrutura (energia, refrigeração, rede) e equipe técnica alocada.

**b) Instalação Física:** Instalação dos racks, montagem e conexão de todos os componentes de hardware (servidores, switches, PDUs) nos Datacenters de produção e contingência do SEFAZ-PB.

**c) Configuração Lógica:** Inicialização dos sistemas, configuração do software embarcado (firmware), aplicação das licenças de software (Itens 02 a 09) e configuração das redes internas (interconnect) da solução.

**d) Testes de Validação:** Execução de suíte de testes de diagnóstico do fabricante para validar a integridade e o funcionamento de todos os componentes de hardware e software.

**e) Documentação:** Elaboração e entrega do Relatório Final de Instalação ("As-Built"), contendo o detalhamento da configuração física e lógica implementada em cada site.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





#### 4.2 Item 11 - Serviços técnicos especializados sob demanda

- 4.2.1 O serviço especializado sob demanda visa a realização de atividades específicas em formato de Projeto ou Plano de Ação com escopo definido, utilizando a Unidade de Serviço Técnico (UST) como unidade de medida.
- 4.2.2 A UST corresponde a um pacote de serviços predefinido, com entregáveis claros, prazo, qualificação profissional e critérios de aceitação, conforme detalhado no Catálogo de Serviços (Anexo III e IV).
- 4.2.3 A CONTRATANTE não está obrigada a consumir a totalidade do saldo de USTs contratado.
- 4.2.4 Metodologia de Cálculo:
- 4.2.5 O valor de cada Ordem de Serviço (OS) será calculado pela soma das USTs das atividades listadas, multiplicada pelo Fator de Complexidade e pelo valor unitário da UST licitada.
- 4.2.6 Será adotado o fator de complexidade das atividades, conforme Quadro abaixo, para ser realizado a multiplicação para cada atividade da Ordem de Serviços. Esta complexidade será definida na fase de alinhamento da demanda entre CONTRATANTE e CONTRATADA em comum acordo.

COMPLEXIDADE	FATOR	DESCRIÇÃO (Exemplo)
<b>BAIXA</b>	1,0	Atividades de rotina ou em ambientes de desenvolvimento/homologação.
<b>MÉDIA</b>	1,5	Atividades que exijam integração de sistemas ou ambientes de pré-produção.
<b>ALTA</b>	2,0	Atividades em ambientes de missão crítica (Produção) ou arquiteturas complexas.

#### 4.2.7 Fluxo de Abertura e Execução da Ordem de Serviço (OS):

- 4.2.7.1 Registro e Abertura: A demanda é registrada pelo requisitante e a OS é aberta formalmente pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- 4.2.7.2 Alinhamento e Planejamento: A CONTRATADA agendará reunião para alinhar o entendimento e definir o fator de complexidade. Caso a atividade não conste no Catálogo, as partes poderão pactuar o esforço necessário para inclusão.
- 4.2.7.3 Cronograma: A CONTRATADA apresentará o cronograma de trabalho. Após aprovação pela CONTRATANTE, a execução deve iniciar em até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.2.7.4 Acompanhamento e Qualidade: A execução será acompanhada por técnico da SEFAZ-PB. Em caso de arquiteturas complexas, a CONTRATADA deverá realizar o Quality Assurance (QA) junto ao fabricante (Oracle) para garantir a conformidade com as melhores práticas.
- 4.2.7.5 Finalização e Repasse: Concluída a atividade, a CONTRATADA entregará os relatórios de diagnóstico, planos de ação e realizará a transferência de conhecimento técnico à equipe da SEFAZ-PB.
- 4.2.8 Rito de Recebimento e Homologação:
- 4.2.8.1 Recebimento Provisório: Emitido após a entrega dos documentos e transferência de conhecimento, iniciando-se a fase de homologação.
- 4.2.8.2 Correções: Eventuais não conformidades deverão ser corrigidas pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.2.8.3 Recebimento Definitivo: Emitido após a validação total das entregas, autorizando o faturamento.
- 4.2.8.4 Garantia: Após o Recebimento Definitivo, inicia-se o período de garantia de 90 (noventa) dias, durante o qual correções de erros inerentes ao serviço prestado deverão ser feitas sem ônus à CONTRATANTE
- 4.2.9 Acordo de Nível de Serviço (SLA) e Penalidades Específicas da OS:
- 4.2.9.1 Inconsistências: Será permitido o limite de até 6 (seis) inconsistências por OS. Excedido este limite, aplicar-se-á multa de 0,02% sobre o valor da OS por cada nova inconsistência.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





4.2.9.2 Atrasos: Será permitido atraso máximo de 7 (sete) dias úteis na execução. Excedido este prazo, aplicar-se-á multa de 0,02% sobre o valor da OS por dia de atraso.

4.2.9.3 Substituição de Recurso: A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer técnico que não demonstre habilidade requerida, devendo a CONTRATADA efetuar a troca em até 5 (cinco) dias úteis por profissional de qualificação equivalente ou superior (certificado Oracle).

4.2.9.4 Serviços de migração das bases de dados Oracle do ambiente atual para o ambiente EXADATA, remunerados exclusivamente via Unidade de Serviço Técnico (UST).

4.2.9.5 O objetivo deste serviço é migrar os dados dos atuais bancos de dados Oracle existentes na infraestrutura computacional da CONTRANTE para o novo equipamento;

4.2.9.6 Para cálculo do esforço necessário para execução dos serviços, utilizar a tabela abaixo com parâmetro:

4.2.9.7

Ambiente	Sistemas	Tamanho do Banco
PDBPROD	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	40 TB
PDBHOM	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	3.2 TB
PDBDES	ATF,eProcesso, eProfisco, GLME, DTe, eCREf	1.6 TB

4.2.9.8 Além do tamanho da base, os seguintes itens obrigatórios devem ser avaliados para o esforço da migração: Implantação e configuração de todas as rotinas de backup das bases migradas com a solução Recovery Appliance, garantindo a integridade dos dados e a conformidade com as políticas de proteção da CONTRATANTE.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





4.2.9.9 A migração será considerada concluída apenas após a execução do Hardening de Segurança, que incluirá obrigatoriamente:

4.2.9.10

a) Assessment de Vulnerabilidades: Identificação de falhas e apresentação de plano de remediação específico para o ambiente Exadata.

b) Proteção de Dados (LGPD): Mapeamento e implementação de políticas de mascaramento e criptografia para dados sensíveis, com suporte nativo a dicionários em português brasileiro e inglês.

c) Customização: Aceitação de expressões e padrões adicionais definidos pela CONTRATANTE para identificação de dados sensíveis específicos da SEFAZ.

d) Relatórios: Entrega de relatório comprobatório de conformidade técnica e segurança.

4.2.9.11 Deverá ser realizada uma reunião de avaliação e planejamento da migração entre a equipe de profissionais da CONTRATADA e a equipe de DBAs(Administradores de Bancos de Dados) da CONTRATANTE;

4.2.9.12 A reunião deverá ser realizada até 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato;

4.2.9.13 A reunião poderá ser remota ou presencial, a critério da CONTRATANTE;

4.2.9.14 Caso seja remota, poderá ser realizada utilizando-se uma das ferramentas de colaboração a seguir:

- MicrosoftTeams;
- Zoom;
- Cisco Webex;
- GoogleMeet.

4.2.9.15 Caso seja presencial, o local para reunião será dentro da região metropolitana da sede da CONTRATANTE.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- 4.2.9.16 Até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato a CONTRATANTE informará à CONTRATADA qual modalidade e local/plataforma da reunião;
- 4.2.9.17 Obrigatoriamente o Gerente de Projetos da CONTRATADA deverá estar presente na reunião;
- 4.2.9.18 O agendamento da reunião é de responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.2.9.19 O contato para agendamento da reunião será informado no contrato;
- 4.2.9.20 Até 05 (cinco) dias corridos após a reunião a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de migração e um Plano Detalhado de Trabalho (PDT) contendo as atividades a serem realizadas;
- 4.2.9.21 O cronograma e o PDT deverão ser entregues no formato digital (PDF, DOC, DOCX, XLS ou XLSX) através de e-mail;
- 4.2.9.22 O cronograma deverá conter, no mínimo, em cada atividade:
- Descrição;
  - Responsável pela execução;
  - Data de início;
  - Prazo para execução;
  - Interdependências com outra(s) atividade(s).
- 4.2.9.23 O PDT deverá conter a estratégia de migração com seus respectivos passos/etapas com descrição clara da estratégia e descrever detalhadamente cada atividade a ser realizada;
- 4.2.9.24 O PDT deverá conter classificação de risco para cada atividade. A classificação deverá:
- a. descrever o risco;
  - b. estimar a probabilidade de ocorrência (e.g. alta, média e baixa);
  - c. estimar o impacto, caso se materialize em um evento (e.g. alto, médio e baixo);
  - d. estimar o risco, como função da probabilidade e do impacto (e.g. alto, médio e baixo);
  - e. definir as ações necessárias para mitigar a probabilidade de ocorrência ou o impacto, caso se concretize;
  - f. definir os responsáveis por cada ação de mitigação.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- 4.2.9.25 Após a entrega do PDT, a CONTRATANTE terá 2 (dois) dias úteis para aprová-lo e caso não se manifeste dentro do prazo o PDT será tido como aprovado;
- 4.2.9.26 Caso o PDT seja aprovado, a CONTRATADA poderá dar início às atividades em data e horário a ser acordado entre as partes;
- 4.2.9.27 Caso o PDT não seja aprovado, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para ajustá-lo;
- 4.2.9.28 Este serviço considera a migração de aproximadamente 44,8 TB (Quarenta e quatro vírgula oito terabytes) de dados de versões de Bancos Oracle 19c e anteriores (12.1) rodando em plataforma Red Hat Enterprise Linux para o Oracle Exadata;
- 4.2.9.29 A CONTRATADA deverá validar o Oracle Exadata para receber os dados, validando o armazenamento, a rede, permissões de acesso e outros componentes conforme necessário;
- 4.2.9.30 A CONTRATADA deverá garantir que a migração ocorra com o mínimo de downtime, ou seja, com o mínimo de interrupção do funcionamento das aplicações que acessam o Banco de Dados Oracle, de forma planejada junto com a CONTRATANTE;
- 4.2.9.31 A CONTRATADA deverá realizar ao menos um teste de migração para validação da metodologia escolhida e dimensionamento de prazos para migração real;
- 4.2.9.32 O teste de migração deverá ser realizado com mínimo impacto na produção, em dia e horário definidos pela CONTRATANTE;
- 4.2.9.33 Antes de iniciar o teste de migração é mandatório que a CONTRATADA realize backup completo do banco de dados na plataforma atual para garantir a integridade dos dados e fornecer um ponto de recuperação no caso de problemas durante o teste;
- 4.2.9.34 Antes da migração real é mandatório que a CONTRATADA realize backup completo do banco de dados na plataforma atual para garantir a integridade dos dados e fornecer um ponto de recuperação no caso de problemas durante a migração;

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





- 4.2.9.35 A CONTRATADA deverá transformar os dados, conforme necessário, para atender aos requisitos da nova plataforma;
- 4.2.9.36 A CONTRATADA realizará a configuração do ambiente no Oracle Exadata para refletir as configurações e requisitos dos bancos de dados atuais. Isso inclui, mas não se limita, a configuração de parâmetros do Oracle Database, table spaces, usuários e outros objetos de banco de dados;
- 4.2.9.37 A CONTRATADA realizará a atualização de estatísticas e recriação de índices no Oracle Exadata para otimizar o desempenho do banco de dados na nova plataforma (caso seja necessário);
- 4.2.9.38 A CONTRATADA com apoio da CONTRATANTE realizará testes finais como acesso ao banco através de diferentes métodos e aplicações no sentido de garantir o perfeito funcionamento da solução após migração.
- 4.2.9.39 O processo de migração deverá ser documentado e a documentação gerada entregue a equipe da CONTRATANTE para validação no prazo de até 10(dez) dias após o término da migração;
- 4.2.9.40 A equipe da CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para validar a documentação gerada;
- 4.2.9.41 Caso a CONTRATANTE não se manifeste no prazo estabelecido, a documentação será tida como aprovada;
- 4.2.9.42 Caso a CONTRATANTE desaprove a documentação, a CONTRATADA terá o prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para ajustes e entrega da documentação final.

**Gerência de Tecnologia da Informação - GTI**

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 - João Pessoa/PB





# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 90024/2023



**Local:** Brasília/DF **Órgão:** MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA

**Unidade compradora:** 200342 - DIRETORIA DE TECN.DA INFORMACÃO E INOVAÇÃO

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 30/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 00394494000136-1-001026/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Contratação de serviços de solução Oracle Exadata destinada a conter os bancos de dados Oracle das aplicações mais críticas da Polícia Federal, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 19.790.329,91

### VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 19.790.329,91

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Plataforma como Serviço - Paas Infraestrutura - fixo mensal ExaCC (48 meses) - 4 x DBNODE S + 7 x Storage Nodes, para 48 (quarenta e oito) meses. Serviços (Gen2 Exadata Cloud at Customer Infrastructure - X10M)	48	R\$ 107.305,78
2	Plataforma como Serviço - Paas Créditos Universais OCPLUs com previsão de consumo durante os 48 meses, sob demanda.	3311280	R\$ 4,37
3	Serviços de Instalação de Computadores e seus Periféricos Serviço de instalação do ExaCC x10M (pagamento único)	1	R\$ 169.358,87

Exibir: 5

1-3 de 3 itens

Página: 1

< >

[< Voltar](#)





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110

# Edital nº 90051/2025

Última atualização 05/12/2025



[Acessar Contratação](#)

**Local:** Boa Vista/RR **Órgão:** SECRETARIA DE ESTADO DE LICITACAO E CONTRATACAO - SELC

**Unidade compradora:** 930800 - ERR-SECRETARIA DE EST DE LICIT E CONTRATAÇÃO

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Fechado-Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 05/12/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 05/12/2025 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 22/12/2025 09:30 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 53212344000120-1-000246/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Aquisição da solução em INFRAESTRUTURA EXADATA ORACLE (OEI) ON-PREMISES com garantia de 36 meses, para prover automação e o gerenciamento dos processos operacionais e administrativos do sistema de banco de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima - SEFAZ/RR, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I e do MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO II do edital.

## Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link:  
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=93080005900512025>

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 17.007.716,28

### VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 16.685.000,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
----------	-------------	--------------	---------------------------



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



1	Servidor	1	R\$ 5.882.166,25
2	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor	18	R\$ 49.107,33
3	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor	8	R\$ 221.006,55
4	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor	16	R\$ 120.622,20
5	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor	16	R\$ 59.957,94

Exibir:  1-5 de 12 itens

Página:  [<](#) [>](#)

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portal.deservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



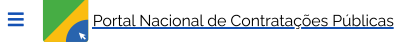
Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110

# Edital nº 900000/2024

Última atualização 18/01/2024



[Entrar](#)

[Acessar Contratação](#)

**Local:** Brasília/DF **Órgão:** ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

**Unidade compradora:** 110792 - DIRETORIA DE LOGISTICA E GESTÃO DOCUMENTAL

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 18/01/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 18/01/2024 09:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 01/02/2024 10:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 26994558000123-1-000011/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de contratação de solução redundante de nuvem privada Oracle Exadata Cloud at Customer (ExaCC), na versão X10M ou superior, incluindo Oracle PaaS e IaaS Universal Credits por demanda e sem consumo mínimo, bem como os serviços necessários para ativação completa da solução, migração dos dados e serviços técnicos especializados por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital

## Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link:  
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=11079205900002024>

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 19.278.151,57

### VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 19.170.488,98

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Infraestrutura como Serviço - IaaS	2	R\$ 4.351.887,51
2	Infraestrutura como Serviço - IaaS	1589760	R\$ 6,10
3	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	2	R\$ 358.260,47
4	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	500	R\$ 315,34



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110

**Solicitação de cotação - Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software.**

**De :** Elen Everllien S. L. Pinto  
<elen.pinto@sefaz.pb.gov.br>

sex, 30 de jan de 2026 11:57

 2 anexos

**Assunto :** Solicitação de cotação - Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software.

**Para :** aribeiro <aribeiro@arsit.com.br>, crisconts23 <crisconts23@gmail.com>, ynarita <ynarita@dacorp.com.br>, crhescer assessoria <crhescer.assessoria@hotmail.com>, comercialbrasil <comercialbrasil@lanlink.com.br>, paralegal <paralegal@dbpgroup.com.br>, hazael santos <hazael\_santos@hotmail.com>, lresendefernandes <lresendefernandes@gmail.com>, elisandra fraga <elisandra\_fraga@lta-rh.com.br>, giselle falcao <giselle\_falcao@hotmail.com>, andreia <andreia@optimize.net.br>, licitacao <licitacao@tarea.com.br>, eliana lamas <eliana.lamas@tarea.com.br>, financeiro <financeiro@by7.com.br>, thayna ferreira <thayna.ferreira@fncit.com.br>, catbra@bbts.com.br, fiscal@ingrammicro.com.br, cadastroorgaopublico@accenture.com, hi@globant.com, rhbm@br.ibm.com, dpobrasil br <dpobrasil.br@capgemini.com>, adm@fmoreirasilva.com.br

**Cc :** Jose de Alexandre Andrade da Silva <jose.andrade@sefaz.pb.gov.br>, Marx Fernandes de Gusmao <marx.gusmao@sefaz.pb.gov.br>

Prezado(a),

Considerando a necessidade da Secretaria de Estado da Fazenda na Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software, conforme quantidade, características, conforme especificações técnicas em anexo.

Segue incluso o formulário padrão da solicitação de orçamento com todos os dados necessários para composição da proposta de preço.

Solicitamos resposta dentro de um prazo de **4 dias úteis**, após o recebimento do e-mail.

Ratificamos que a forma de pagamento é feita por **EMPENHO**.  
Prazo de Entrega: é de até **120 (cento e vinte) dias**



Por gentileza, nos envie **NEGATIVA** caso não participem da cotação.

A proposta deverá contemplar todas as condições comerciais aplicáveis, bem como prazos e demais informações pertinentes e aos cuidados de **José de Alexandre Andrade da Silva (Subgerente de Arquitetura da Gerência de Tecnologia da Informação)**. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Desde já, agradeço pela colaboração.

Atenciosamente,

Elen Everllien  
SPAL  
SEFAZ/PB  
(83) 3612-5896

---

 **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.pdf**  
693 KB

 **Modelo Proposta de Preços.pdf**  
587 KB

---







first name consulting

PC Nº: PSFP20260203\_V2

Cliente: SEFAZ PB

Data: 04 de fevereiro de 2026



ORACLE | Partner



FAZCAP202600110



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>

# Sobre FNC IT Solutions



First Name Consulting

A FNC IT é uma empresa de consultoria especialista em redução de custos de infraestrutura de TI, alocação de profissionais e inovação de negócios através de transformação digital.

Atuando desde 2005 no mercado de tecnologia, somos certificados pelos principais fabricantes e possuímos soluções digitais próprias e inovadoras, sempre garantindo alta performance e retorno de investimento aos seus negócios.

**Para nós a busca do simples é constante,  
sempre com foco no sucesso de nossos  
clientes.**



first name consulting  
Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e

## Princípios

Levar tecnologia a **Pessoas, Sociedade e Mercados**, como agente transformador para melhorar a vida de todos.

Todos os nossos negócios são embasados em **Transparência e Ética**.

**Gerenciamos nossos Custos Rigorosamente** com o objetivo de suportar nosso crescimento de forma sustentável e rentável.

Somos uma empresa **Meritocrática**, pessoas dedicadas e focadas em trazer o melhor resultado sempre serão valorizadas.



FAZCAP202600110



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>

# Proposta Comercial

O conteúdo desta proposta destina-se exclusivamente a análise do cliente **SEFAZ PB** não sendo permitida a sua divulgação a qualquer pessoa não envolvida no contrato a que está se destina ou a terceiros, sem a autorização prévia da FNC IT.

Este documento é de propriedade da FNC IT, não sendo permitido o uso ou cópia, ou divulgação do todo ou parte do seu conteúdo para qualquer outro propósito que não o de avaliação desta proposta sem autorização da FNC IT.

Quaisquer alterações que venham a ser realizadas no conteúdo das informações fornecidas, as premissas aqui referidas e definidas, implicarão em revisão da FNC IT dos termos e condições aqui propostos. Salvo por imposição legal a informação contida nesta proposta não deve ser divulgada fora da organização da **SEFAZ PB** e não pode ser duplicada, usada ou revelada, no todo ou em parte para qualquer propósito que não seja o de avaliação da mesma.



# PROPOSTA COMERCIAL

ORACLE | Partner

Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e



FAZCAP202600110



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>

# Descrição Investimento



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	INVESTIMENTO UNITÁRIO (R\$)	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)
1	EXADATA Database Machine X11M Rack	UND	1	R\$ 8.703.557,91	R\$ 8.703.557,91
2	EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	48	R\$ 103.742,99	R\$ 4.979.663,52
3	ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 492.779,83	R\$ 7.884.477,28
4	ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	06	R\$238.608,09	R\$ 1.431.648,54
5	ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 119.303,09	R\$ 1.908.849,44
6	ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 119.304,04	R\$ 1.908.864,64

Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110

# Descrição Investimento



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	INVESTIMENTO UNITÁRIO (R\$)	INVESTIMENTO TOTAL (R\$)
7	ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual-com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 119.304,04	R\$ 1.908.864,64
8	ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32	R\$ 77.807,90	R\$ 2.489.852,80
9	ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32	R\$ 51.872,80	R\$ 1.659.929,60
10	Serviço de instalação e configuração da solução Exadata X11M	UND	1	R\$ 608.794,26	R\$ 608.794,26
11	SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	UST	500	R\$ 490,00	R\$ 245.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS:					R\$ 33.729.502,63

**Nota Importante sobre Renovação de Licenças, Suporte e Atualizações Oracle:**  
Os valores apresentados nesta proposta referem-se ao cenário atual das licenças, suporte e/ou atualizações Oracle. No momento da renovação, a FNC atuará conforme as diretrizes comerciais vigentes estabelecidas pela Oracle, considerando possíveis reajustes de preços, alterações contratuais e mudanças na política de suporte e licenciamento aplicadas pelo fabricante.

Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e





# Condições Comerciais

## Produto

- ❖ Prazo de entrega: 120 dias.
- ❖ Modelo de Pagamento: **Empenho.**
- ❖ Validade da proposta: **20 dias a partir da data de emissão da proposta.**

### **FNC CONSULTORIA E ASSESSORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

Rua Padre Machado, 455 - Conjunto 46  
Bosque da Saúde - São Paulo - SP - CEP: 04127-000  
Telefone: (11) 3571-7342

CNPJ: 07.207.217/0001-16  
I.E: 149.357.153.111



## Impostos

Os preços acima incluem todos os impostos da região São Paulo.

## Observações

Considerando os preços dos produtos vinculados a moeda dólar americano, caso haja variação na moeda (US\$) superior a 5% no período de validade da proposta, a mesma estará automaticamente cancelada.

Devido aos processos de auditoria, será obrigatório em caso de fechamento da proposta e o cliente não emitir Ordem de Compra, que o mesmo rubrique todas as páginas e assine a proposta na página final com o nome legível e carimbo da empresa contendo a Razão Social e o CNPJ.

## Clausulas

O cliente autoriza que o projeto objeto desta proposta seja utilizado pela FNC IT como case de sucesso, incluindo, a título exemplificativo, o nome da empresa, o escopo do projeto, os resultados alcançados e eventuais depoimentos, podendo ser divulgado em materiais institucionais, apresentações comerciais, redes sociais, website e demais canais de comunicação da FNC IT.

A FNC IT compromete-se a preservar a confidencialidade de quaisquer informações estratégicas ou sensíveis do CLIENTE, garantindo que nenhum dado confidencial seja divulgado.

A Parte que, por qualquer motivo, resolver rescindir a presente proposta, deverá encaminhar comunicação por escrito à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



## Cláusula

## OMA



O licenciamento dos produtos Oracle e/ou a prestação dos serviços ora contratados por você serão regidos, em detrimento de qualquer outra documentação, única e exclusivamente pelos termos do Contrato Master Transacional da Oracle e pelo(s) Adendo(s) aplicável(is). Referidas Condições, versão v070124, encontram-se devidamente registradas no Livro de Registro B do 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo-SP sob nº 1.442.692 em 26/07/2024, também disponíveis em <https://www.oracle.com/contracts/>.

Você se obriga a ler tais Condições antes de fazer download eletrônico ou utilizar os programas e/ou contratar serviços objeto deste pedido de compra, ficando desde já estabelecido entre as partes que, ao fazer o download eletrônico ou utilizar os programas e/ou contratar serviços, você ratifica sua total concordância com tais termos."

first name consulting  
Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



# TERMO DE ACEITAÇÃO



Todo e qualquer pedido de compra, ordem de compra, autorização de fornecimento emitido pela **SEFAZ PB** confirmará a concordância da mesma com os termos e condições desta proposta.

Qualquer pedido de compra, ordem de compra, autorização de fornecimento emitida pela **SEFAZ PB** deverá mencionar, explicitamente, o número e a data de emissão desta proposta, sem os quais esta não poderá ser aceita pela FNC IT.

Quaisquer condições existentes no referido pedido de serviços, ordem de serviços, autorização de fornecimento que não tenha o respaldo desta proposta serão consideradas sem efeito e nulas de pleno direito, não gerando quaisquer obrigações entre as partes.

Os termos e condições desta proposta prevalecerão sobre o pedido de compra, ordem de compra, autorização de fornecimento emitido pela **SEFAZ PB** em caso de conflito entre este e a proposta. Mediante assinatura da proposta acima, **SEFAZ PB** declara ter conhecimento dos termos e condições desta proposta de venda FNC IT.

ACEITE CLIENTE
Data
Assinatura
Carimbo

Testemunha Cliente
Data
Assinatura
Carimbo

FNC IT
Data
Assinatura
Carimbo

Testemunha FNC IT
Data
Assinatura
Carimbo

first name consulting

Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e



FAZCAP202600110



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>

# FNC



Data	Autor	Revisor	Itens alterados	Versão
03.02.2026	Yasmin Campos	Thayna Ferreira		1.0
04.02.2026	Yasmin Campos	Thayna Ferreira	Slide 5 e 6.	2.0

[thayna.ferreira@fncit.com.br](mailto:thayna.ferreira@fncit.com.br) / TEL: 55 11 97697-7348  
[comercial@fncit.com.br](mailto:comercial@fncit.com.br)

Matriz: R. Padre Machado, 455 - Bosque da Saúde, São Paulo - SP, 04127-001  
Sede: Av. Francisco Matarazzo, 1752 - Perdizes, São Paulo - SP, 05001-200

FNC Consultoria e Assessoria em Tecnologia da Informação LTDA  
CNPJ 07.207.217/0001-16

[www.fncit.com.br](http://www.fncit.com.br)



Clicksign 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e



FAZCAP202600110



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



# Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília  
Log gerado em 04 de fevereiro de 2026. Versão v1.48.0.

## Proposta Comercial\_Oracle\_Cliente SEFAZ PB\_04.02.2026\_PSPFP20260203\_V2.pdf

Documento número #1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e  
Hash do documento original (SHA256): ccc0d819a9510088876bf58e0cd1fe1f42fc072f62188f8810c1f89d4ffa1f39

### Assinaturas



Thayna da Silva Ferreira

CPF: 376.428.768-31

Assinou em 04 fev 2026 às 15:26:15

### Log

04 fev 2026, 15:21:43	Operador com email financeiro@fnct.com.br na Conta 737d75f7-5879-48f6-8c77-06e5750132cb criou este documento número 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e. Data limite para assinatura do documento: 06 de março de 2026 (15:21). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
04 fev 2026, 15:22:09	Operador com email financeiro@fnct.com.br na Conta 737d75f7-5879-48f6-8c77-06e5750132cb adicionou à Lista de Assinatura: thayna.ferreira@fnct.com.br para assinar, via E-mail.
04 fev 2026, 15:26:15	Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thayna da Silva Ferreira.
04 fev 2026, 15:26:16	Thayna da Silva Ferreira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail thayna.ferreira@fnct.com.br. CPF informado: 376.428.768-31. IP: 187.10.206.76. Componente de assinatura versão 1.1382.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.  Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.  
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

### Clicksign

1c937949-fb31-490c-b6c6-bb35707ca08e





# Proposta Comercial

Documento TAR-MTZ n.º 009/2026.

À

**SEFAZ-PB** - Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba

Sr. José de Alexandre Andrade da Silva - Subgerente de Arquitetura da Gerência de Tecnologia da Informação

**Ref.: Proposta Comercial - Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software.**

A TAREA Gerenciamento Ltda., inscrita no CNPJ nº 11.185.325/0001-02 e inscrição estadual nº 0752809500148, com sede no endereço SIG Quadra 2, Lotes 420/440, Salas 102, 104 e 106, Edifício City Offices, Zona Industrial, Brasília/DF, vem, por meio desta, apresentar à V.S.<sup>a</sup> a Proposta Comercial para a eventual Contratação de solução integrada de infraestrutura de dados de alto desempenho, incluindo serviços especializados de instalação, configuração e licenciamento de software Oracle, conforme especificação técnica, compartilhada para cotação em 30 de janeiro 2026.

Certos de estarmos cumprindo com todas as exigências, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

SIG Quadra 02 Lote 420 Ed. City Offices Sala 102 – Brasília/DF, CEP 70610-420

+ 55 (61) 4063-9470 | +55 (61) 3022-2333

[www.tarea.com.br](http://www.tarea.com.br)

[contato@tarea.com.br](mailto:contato@tarea.com.br)

Ouvidoria e Compliance: [compliance@tarea.com.br](mailto:compliance@tarea.com.br)



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



## 1. Dados da Empresa

DADOS DA PROPONENTE	
Razão Social da Empresa	Tarea Gerenciamento Ltda.
CNPJ	11.185.325/0001-02
Endereço	SIG Quadra 02 – Lote 420 – Sala 102 - Ed. City Offices Setor de Indústrias Gráficas - Brasília - DF – CEP: 70.610-420
Pessoa de Contato	Eliana Lamas
Telefone para contato	(85) 98106-4004
E-mail para contato	eliana.lamas@tarea.com.br
Cargo	Gerente Comercial

SIG Quadra 02 Lote 420 Ed. City Offices Sala 102 – Brasília/DF. CEP 70610-420  
+ 55 (61) 4063-9470 | +55 (61) 3022-2333  
[www.tarea.com.br](http://www.tarea.com.br)  
[contato@tarea.com.br](mailto:contato@tarea.com.br)  
Ouvidoria e Compliance: [compliance@tarea.com.br](mailto:compliance@tarea.com.br)



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



## 2. Proposta de Preços

Descrição	Unid.	Quant	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
EXADATA Database Machine X11M Rack	UND	1	R\$ 14.451.968,46	R\$ 14.451.968,46
EXADATA Storage Server Software - Disk Drive - Licença Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	48	R\$ 124.928,25	R\$ 5.996.556,00
ORACLE Database Enterprise Edition – 019 C ou superior - Licença Processor Perpetual com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 404.192,59	R\$ 6.467.081,44
ORACLE Real Application Clusters (RAC) ou superior - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	6	R\$ 195.714,29	R\$ 1.174.285,74
ORACLE Partitioning ou superior- Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 97.857,15	R\$ 1.565.714,40
ORACLE Advanced Compression - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 97.857,15	R\$ 1.565.714,40
ORACLE Active Data Guard - Licença Processor Perpetual- com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	16	R\$ 97.857,15	R\$ 1.565.714,40
ORACLE Diagnostics Pack - Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32	R\$ 63.819,88	R\$ 2.042.236,16
ORACLE Tuning Pack – Licença Processor Perpetual - com suporte técnico e atualização tecnológica com prazo determinado no Termo de Referência.	Licença	32	R\$ 42.546,59	R\$ 1.361.490,88
Serviço de Instalação e Configuração da solução Exadata X11M.	UND	1	R\$ 213.997,23	R\$ 213.997,23
SERVIÇO técnico especializado, conforme termo de referência.	UST	500	R\$ 265,00	R\$ 132.500,00
<b>Valor Total</b>				<b>R\$ 36.537.259,11</b>

**Valor Total – R\$ 36.537.259,11** (Trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e onze centavos.)

## 3. Observações:

SIG Quadra 02 Lote 420 Ed. City Offices Sala 102 – Brasília/DF. CEP 70610-420  
+ 55 (61) 4063-9470 | +55 (61) 3022-2333  
www.tarea.com.br  
contato@tarea.com.br  
Ouvidoria e Compliance: compliance@tarea.com.br



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



- Segundo a Lei Estadual Nº 10.128/2013, Art. 7, que dispõe sobre a arrecadação da Taxa de Administração de Contratos, que tem como fato gerador a assinatura de contratos entre o Governo do Estado da Paraíba e seus fornecedores de produtos e serviços, no fator de 1,6% sobre o valor do mesmo, para empresas de médio porte ou superior, e 1% para empresas de pequeno porte. Ficam excluídos da incidência da Taxa de Administração de que trata a referida lei, os seguintes contratos: com valor inferior a 04 (quatro) salários mínimos; firmados com empreendedores informais, microempreendedores individuais e microempresas.
- Segundo o Decreto Estadual Nº 43.250 DE 19/12/2022, os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos órgãos e instituições da Administração Direta e Indireta (fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) do Poder Executivo Estadual serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária contratada para a prestação dos serviços de pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumo da Administração Direta e Indireta, do poder Executivo do Estado da Paraíba.
- Segundo a Instrução Normativa nº 00001/2023/SEFAZ, de 06 de julho de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado da Paraíba, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.

#### 4. Cláusula OMA Oracle:

- “O licenciamento dos produtos Oracle e/ou a prestação dos serviços ora contratados por você serão regidos, em detrimento de qualquer outra documentação, única e exclusivamente pelos termos do Contrato Master Transacional da Oracle e pelo(s) Adendo(s) aplicável(is). Referidas Condições, versão v012323, encontram-se devidamente registradas no Livro de Registro B do 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo-SP sob nº 1.628.093 em 21/12/2022, também disponíveis em <https://www.oracle.com/contracts/>. Você se obriga a ler tais Condições antes de fazer download eletrônico ou utilizar os programas e/ou contratar serviços objeto deste pedido de compra, ficando desde já estabelecido entre as partes que, ao fazer o download eletrônico ou utilizar os programas e/ou contratar serviços, você ratifica sua total concordância com tais termos.”

#### DECLARAMOS QUE:

- a) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da sua apresentação;
- b) O prazo de entrega é de até 120 (cento e vinte) dias;

SIG Quadra 02 Lote 420 Ed. City Offices Sala 102 – Brasília/DF. CEP 70610-420  
+ 55 (61) 4063-9470 | +55 (61) 3022-2333  
[www.tarea.com.br](http://www.tarea.com.br)  
[contato@tarea.com.br](mailto:contato@tarea.com.br)  
Ouvidoria e Compliance: [compliance@tarea.com.br](mailto:compliance@tarea.com.br)



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110



- c) O valor apresentado na presente proposta engloba todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, trabalhistas, previdenciárias, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 2026.

---

**Cristian Dedavid**  
**Diretor Comercial**  
**Tarea Gerenciamento Ltda**

SIG Quadra 02 Lote 420 Ed. City Offices Sala 102 – Brasília/DF. CEP 70610-420  
+ 55 (61) 4063-9470 | +55 (61) 3022-2333  
[www.tarea.com.br](http://www.tarea.com.br)  
[contato@tarea.com.br](mailto:contato@tarea.com.br)  
Ouvidoria e Compliance: [compliance@tarea.com.br](mailto:compliance@tarea.com.br)



Assinado com senha por [FAZ114458] [SENHA] MARX FERNANDES DE GUSMAO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 06/02/2026 - 20:07hs.  
Documento Nº: 10126788-4551 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10126788-4551>



FAZCAP202600110